

# Pedra & Cal

Ano I - Nº 3  
Jul/Ago/Set 1999  
Publicação trimestral  
Preço 750\$00 - 3,74 €  
(IVA Incluído)

Revista do Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

## Património e Economia





# Neste número



6

## Leitores

7

## Reportagem

Escola Profissional Bento de Jesus  
Caraça - Delegação de Mértola

11

## Actualidade

Criada categoria específica para a  
área do Património Arquitectónico

12

## Recortes

13

## Reportagem

Exposição Caminhos do  
Património

17

## Divulgação Forum UNESCO

18

## Tema de Capa - Opinião

Mecenato Cultural em Portugal  
Anabela Carvalho e Isabel Cordeiro

20

## Tema de Capa - Actualidade

Fundo de Turismo promoveu  
debate sobre Património e Turismo

21

## Tema de Capa - Opinião

Cinco ideias simples  
Enunciadas pelo Príncipe-Consorte  
da Dinamarca, Presidente da  
Europa Nostra

23

## Tema de Capa - Opinião

Custos e proveitos da autenticidade  
V. Córias e Silva

25

## Tema de Capa - Caso de Estudo

O Mosteiro de Santa Maria de Flor da  
Rosa: discussão de uma intervenção  
Jorge Rodrigues

27

## Tema de Capa - Opinião

Cultura e turismo:  
para uma economia de mercado  
Valério Patin

31

## Tema de Capa - Opinião

O "mistério" da reabilitação em  
Portugal  
António Manzoni de Sequeira

37

## Opinião

Desmentido ao artigo  
"Havia uma casa setecentista no  
quarteirão do Largo do Colégio"  
Rui Ramos Loza

41, 42, 43, 45, 46, 47, 50

## Notícias

49

## Agenda

51, 52, 53

## Livros

54

## Perspectivas

Património em perigo  
Nuno Teotónio Pereira



**EUROPA  
NOSTRA**

# Editorial



## Patrim6nio e turismo: um casamento de conveni6ncia

No dizer de Minja Yang, respons6vel para a regi6o 6sia-Pac6fico do World Heritage Center da UNESCO, "6 preciso valorizar para conservar". A valoriza6o do patrim6nio cultural e, em particular, do patrim6nio arquitect6nico, tendo em vista a sua utiliza6o para fins tur6sticos, 6 uma das formas mais eficazes de estimular a sua salvaguarda e de criar as receitas necess6rias para o respectivo financiamento.

O "produto cultural" assim disponibilizado permite atrair um maior n6mero de visitantes, revitalizar as comunidades locais atrav6s da cria6o de novos empregos e engrossar as receitas do turismo, que constituem, j6 hoje, uma das principais fontes de divisas de muitos pa6ses.

No entanto, uma explora6o tur6stica desenfreada pode fazer perigar o equil6brio, por vezes prec6rio, em que esse patrim6nio se encontra, do mesmo modo que crit6rios de interven6o desajustados podem ferir, de forma irrevers6vel, o car6cter e a autenticidade dos monumentos e s6cios.

O casamento entre patrim6nio e turismo 6, sem d6vida, ditado pelo interesse. Mas nem por isso ser6 menos dur6vel e frutuoso, se se basear no respeito e numa vis6o de longo prazo.

V. C6ias e Silva  
(Director)

**Pedra  
& Cal**

Reconhecida pelo Minist6rio da Cultura como "publica6o de manifesto interesse cultural", ao abrigo da Lei do Mecenato.

Director : Vitor C6ias e Silva

Assessoria: Catarina Valen6a Gon6alves

Propriedade: GECORPA-Gr6mio das Empresas de Conserva6o e Restauro do Patrim6nio Arquitect6nico

Rua Pedro Nunes, 27-1<sup>a</sup> D<sup>o</sup> - 1050 - 170 Lisboa

Telef (01) 354 23 36 Fax (01) 315 79 96

<http://www.gecorpa.pt>

e-mail: [info@gecorpa.pt](mailto:info@gecorpa.pt)

NIPC 503 980 820

Produ6o: Onda Azul-Marketing e Comunica6o Lda.

Rua Tenente Jean Raymond, n<sup>o</sup> 13 r/c D<sup>o</sup>/Esq. 2900 Set6bal

Telef (065) 532504 Fax (065) 230114

e-mail: [ondazul@mail.telepac.pt](mailto:ondazul@mail.telepac.pt)

NIPC 502994541

Coordena6o de produ6o editorial: Raul Veloso

Reda6o: Am6lcar Malh6 (Editor)

Alexandra Abreu, Cl6udia Veloso, Marina Alves.

Departamento Gr6fico: Maria das Neves

Secretariado: L6sionor Pereira

Conselho Redactorial: Jos6 Aguiar, Teresa Campos

Coelho, Nuno Gil, Jo6o Mascarenhas Mateus,

Jo6o Appleton

Colaboradores: Anabela Carvalho, Isabel Cordeiro,

Ant6nio Manzoni de Sequeira, Rui Ramos

Loza, Val6ry Patin, Vitor C6ias e Silva e Presidente

da Europa Nostra (Opini6o), Jorge Rodrigues

(Caso de Estudo), Teot6nio Pereira (Perspectivas)

O cont6udo dos textos assinados 6 da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Publicidade e Assinaturas:

Telef. (01) 354 23 36 - Fax (01) 315 79 96

Sele6o de cores, fotolitos, montagem e impress6o: S6ctip

Tiragem: 2 000 exemplares

Registo na DGCS n<sup>o</sup> 222548

Periodicidade trimestral

Dep6sito Legal n<sup>o</sup> 128444/98

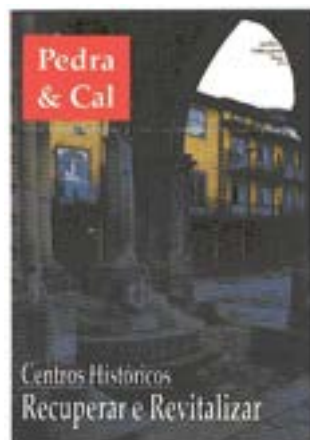
**A sua opinião é importante! Escreva-nos para:**

**Pedra & Cal**  
Rua Pedro Nunes  
27 - 1º Dtº  
1050-170 Lisboa  
info@gecorpa.pt

**Correio dos Leitores**

► Venho agradecer muito sensibilizado o envio do número 1 da revista Pedra & Cal, sobre as obras de preservação do património arquitectónico. Trata-se duma iniciativa do maior interesse para a salvaguarda desta memória colectiva que todos nós estamos empenhados em defender e preservar.

*José Manuel Martins Carneiro*  
Director do Palácio Nacional da Pena  
Sintra



► O meu aplauso pela frontalidade expressa no Editorial da revista Pedra & Cal nº 1 e pela clareza do diagnóstico dos insucessos que proliferam na área em questão. Votos de sucesso para a publicação.

*Pedro Tavares*  
Gerente da  
ECG - Engenharia Coordenação e  
Gestão de Empreendimentos, Lda  
Lisboa

► Em primeiro lugar, após detalhada leitura e apreciação da Pedra & Cal, vimos com sincera satisfação cumprimentar a Direcção e a Redacção deste novo projecto jornalístico e apresentar as nossas felicitações mais calorosas. Em segundo lugar, aproveitamos para apresentar o aplauso e reconhecimento pelo aparecimento de um órgão de comunicação social temático, com tanta qualidade gráfica e diversidade de tratamento. O tempo o dirá, mas pelo exemplar em análise, a aposta foi já ganha.

*Vitor Escudero*  
Director de Marketing do  
Grupo Sousa Pedro  
Cacém

► Apresento os meus parabéns pela qualidade e diversidade dos assuntos abordados na vossa revista Pedra & Cal. Espero continuar a contar com esta revista como apoio às matérias de estudo. Aproveito precisamente para recomendar que os autores dos artigos

pensem também nos estudantes que, como eu, possam ler a Pedra & Cal.

*Alberto Sousa Gomes*  
Estudante  
Almada



► Referindo com agrado a saída desta revista, gostaria de chamar a v/atenção para a necessidade de não levar demasiado à letra o nome da publicação. Na verdade, se Pedra & Cal soa bem e pode ter força do ponto de vista da comunicação/marketing, é preciso não esquecer o factor humano desta actividade.

As pessoas e a sua importância na defesa, recuperação e conservação do património, darão com toda a certeza, matéria para interessantes trabalhos jornalísticos. Parabéns.

*Jorge Rafael*  
Professor  
Porto

► As cartas devem ser assinadas e nelas constar o endereço do autor.

**Ligue**  
**(01) 354 23 36**

ou transmita este cupão (ou fotocópia) através do Fax (01) 315 79 96 para fazer a sua assinatura da Pedra & Cal. Em alternativa, poderá enviá-lo pelo correio para Rua Pedro Nunes, nº 27 - 1º Dtº 1050-170 Lisboa

## Assinatura Pedra & Cal 4 números

Sim, desejo assinar a Pedra & Cal durante 1 ano pelo preço de 2700\$00 (beneficiando do desconto de 10% sobre o preço de capa) acrescido de 600\$00 para portes de envio.

Nome \_\_\_\_\_  
Telef. \_\_\_\_\_ Fax \_\_\_\_\_  
Profissão/Função \_\_\_\_\_ Contrib. nº \_\_\_\_\_  
Morada para envio \_\_\_\_\_  
Localidade \_\_\_\_\_ Código Postal \_\_\_\_\_  
Junto cheque nº \_\_\_\_\_ no valor de \_\_\_\_\_ s/ o Banco \_\_\_\_\_ à ordem do GECORPA  
☐ Autorizo débito no meu cartão de crédito ☐ ☐ n° \_\_\_\_\_  
Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

Nos termos legais, ao signatário é garantido o acesso aos seus dados e respectiva rectificação



Escola Profissional Bento de Jesus Caraça - Delegação de Mértola

# Abre curso de Técnicos de Recuperação do Património Edificado

por Alexandra Abreu

**D**esde os tempos mais remotos que o Rio Guadiana fez de Mértola local de passagem e permanência de vários povos, que a desenvolveram económica e militarmente e a lançaram para o seu apogeu, tornando-a uma das mais notáveis cidades do Al-Andaluz. A uma prolongada fase de decadência, sucede-se um novo desenvolvimento económico, já em pleno séc. XIX, devido à exploração industrial da Mina de São Domingos que foi, em consequência da riqueza da sua jazida, um dos mais importantes complexos mineiros do país. Após o encerramento desta lavra, uma vez mais o Guadiana deixa de ter um papel de destaque e as terras alentejanas, não sendo já o que antes foram, obrigam os naturais do concelho a partir em busca do seu sustento. Mas de há 20 anos a esta parte, Mértola tem vindo a renascer gradualmente, sobretudo a partir da dinamização da sua vertente patrimonial e da sua rentabilização turística. Este passado histórico, que deu a Mértola a designação de vila Museu, justificou a criação da Delegação de Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça, que de acordo com o director Carlos Pedro, "procura aproveitar a experiência da Vila nesta área e a existência de técnicos competentes que colaboram como formadores, para responder à necessidade de formação de técnicos qualificados para as



vertentes de arqueologia, museografia, património cultural e turismo".

Localizada no núcleo histórico do arrabalde de Mértola, que do passado recebeu o nome que ainda hoje conserva, o de Achada de São Sebastião, a Delegação de Mértola, que iniciou a sua actividade no ano lectivo de 1992-93, está actualmente a preparar o curso, de Técnicos de Recuperação do Património Edificado, com início em Setembro do ano corrente. "O Património Edificado tem vindo a ser objecto de crescente atenção, não só pela necessidade da sua preservação, mas também com vista à sua utilização por particulares ou entidades públicas e privadas. Este novo curso pretende formar técnicos que contribuam de uma forma eficiente para o conhecimento e manutenção do património construído, em edifícios isolados ou em conjuntos urbanos, para usufruto das populações e entidades locais, mas também com vista à sua potenciação junto de visitantes e turistas",

assegura Carlos Pedro. O processo de candidatura do curso de Técnicos de Recuperação do Património Edificado, obrigatório por lei no caso das escolas profissionais sem-



Carlos Pedro, Director da Delegação de Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça



Virgílio Lopes, Coordenador do curso de Museografia Arqueológica

pre que se inicia uma nova turma, já foi elaborado e aprovado pelo Ministério da Educação. Também o plano curricular está definido, com duração de 3 anos e equivalência ao 12º ano e é composto pela componente sócio-cultural; científica e técnica, tecnológica e prática. Das 3640 horas de formação, 50% são constituídas por vertente prática e as restantes por formação teórica. Na opinião do director da Escola, *"a vertente teórica reveste-se de extrema importância para adquirir os conhecimentos necessários ao exercício da profissão, mas é a vertente prática aquela que permite no terreno aplicar esses conhecimentos sem a qual não estarão aptos a começar de imediato a laborar"*. Apesar do plano curricular estar já definido, a Escola Profissional ainda está em negociações com a autarquia no sentido de esta permitir aos novos alunos intervir,

utilizando as técnicas tradicionais, num edifício localizado no centro da vila velha em Mértola. Como este processo ainda está numa fase inicial, os alunos vão poder acompanhar e responsabilizar-se por todo o projecto, desde a parte burocrática que implica a elaboração do projecto de recuperação, a sua submissão à aprovação da Câmara Municipal e ao parecer do IPPAR- Instituto Português do Património Arquitectónico, uma vez que por se situar dentro da vila velha tem que obedecer a um conjunto de requisitos que esta entidade deve analisar e aprovar. A este processo deverá corresponder todo o primeiro ano do curso, no qual os alunos vão passar também pela fase de experimentação dos diversos materiais. Só nos últimos dois anos é que a intervenção deverá ser levada à prática prevendo-se que fique concluída no final do curso. *"O objectivo é que os nossos alunos acompanhem todas as fases inerentes a um projecto de Recuperação do Património Edificado, o que no fundo vai ser o seu trabalho no futuro. Neste caso, queremos que eles passem por todas as fases, desde retirar o entulho existente dentro do edifício até ao beberete de inauguração"*, acrescenta Carlos Pedro.

A Delegação de Mértola é uma das nove delegações da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça existentes em Portugal, e é o resultado de um protocolo assinado entre o Ministério da Educação

e a CGTP Inter Sindical, a entidade promotora. Co-financiada pelo Programa Prodep - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal do Ministério da Educação e pelo Fundo Social Europeu, a Delegação de Mértola não pretende ser uma escola lucrativa, logo, cobra propinas de carácter simbólico, mas como o financiamento não chega para todas as despesas de formação, a Escola estabeleceu parcerias com as diversas entidades locais no sentido de participar em alguns projectos regionais integrados nos programas lectivos, que representam retorno financeiro para a Escola. É que para além do curso já referido, a iniciar no próximo ano lectivo, na Escola Profissional de Mértola são ministrados também os cursos de Técnicos de Turismo Ambiental e Rural; Património Cultural - Gestão e Divulgação e Museografia Arqueológica. Foi aliás, no âmbito deste último, que alunos e professores procederam à recuperação da Ermida e Necrópole Romana e à sua posterior musealização em parceria com o Campo Arqueológico e a autarquia local. De acordo com Virgílio Lopes, coordenador do curso de Museografia Arqueológica, *"este projecto constituiu um desafio para a nossa Escola, já que coincidiu com a abertura da nossa delegação. Mesmo ao lado das nossas instalações está a Escola C+S, e é dentro deste recinto escolar que se encontra a Ermida de S. Sebastião e a Necrópole Romana, as*



Escavações arqueológicas na Necrópole Romana





Perspectiva aérea do complexo escolar, da Necrópole e da Ermida de S. Sebastião

duas áreas arqueológicas que por se encontrarem em ruínas sofreram obras de intervenção. Todo o processo, desde a escavação arqueológica da Necrópole, passando pela recuperação e reconstrução da Ermida até à sua musealização, envolveu a comunidade escolar, e adquiriu uma clara dimensão pedagógica, funcionando como escola-viva em torno das questões da salvaguarda e valorização do património". A musealização da Ermida é da responsabilidade do Campo Arqueológico de Mértola, com o apoio do Programa Itinerários Arqueológicos, promovido pelo Fundo de Turismo em colaboração com o IPPAR. A musealização da Necrópole é da responsabilidade da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça e contou com o apoio do Programa Leader II- Rota do Guadiana. Estas duas estruturas, testemunhos históricos e simbólicos de diferentes momentos de ocupação do local, são entendidas como museu de sítio, com a particular característica de ficarem situadas no recinto da Escola C+S de Mértola. No seu conjunto, afirmam-se como uma nova e singular realização do projecto Mértola- Vila Museu.

"Este trabalho desenvolvido em parceria com as forças vivas da região é apenas um exemplo dos projectos realizados pela Delegação de Mértola. Todos os cursos desenvolvem as suas formações neste sentido e são muitos os projectos já realizados", acrescenta Virgílio Lopes.

Desde a sua criação no ano lectivo de 1992-93, a Escola Profissional de Mértola já formou 70 alunos. Im-

porta referir que a cada curso de três anos corresponde uma turma, e, só quando esta termina a formação, é que é criada uma segunda turma no mesmo curso. É com notório orgulho que os responsáveis pela Escola referem que a taxa de empregabilidade ronda os 100%, mas Carlos Pedro, director da Delegação, reparte os louros com o IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional, responsável pela criação de uma UNIVA- Unidade de Inserção na Vida Activa a funcionar nas instalações da

Escola: "esta UNIVA, que desenvolve todo o trabalho de encaminhamento dos alunos no mercado de trabalho, é a grande responsável por esta taxa de sucesso. Mas não é só, também os planos de estágios profissionais suportados pelo IEFP têm-se revelado fundamentais neste processo".

Imperativa, para conclusão do curso, é a realização de uma Prova de Aptidão Profissional (PAP), que deve retratar toda a aprendizagem desenvolvida ao longo dos três anos de formação. ■

A Delegação de Mértola da Escola Bento de Jesus Caraça é uma das parceiras do REGENERA, sendo o CENFIC- Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas, a entidade dinamizadora deste programa, que tem por objectivos: incrementar a valorização dos benefícios de mão de obra qualificada para conservação e restauro de edifícios antigos e monumentos; identificar e divulgar o desenvolvimento de cursos especializados em conservação, ao nível de técnicos e operários; interferir no processo de reconhecimento e normalização da certificação da formação ministrada; apoiar os seus membros no desenvolvimento de projectos de âmbito nacional ou internacional; promover a troca de informações e metodologias de formação, quer através de reuniões conjuntas, quer através da criação de um Boletim Informativo; promover a formação conjunta de Formadores; divulgar pelos protocolos todas as experiências que possam contribuir para o desenvolvimento da disciplina que constitui o objecto da REGENERA.

Para além da Delegação de Mértola, são também parceiros neste programa o IPPAR, a DGEMN, o GECORPA, a Escola Nacional de Artes e Ofícios da Batalha, a Escola Nacional de Artes e Ofícios de Serpa, a Escola Profissional de Recuperação do Património de Sintra, a Escola Profissional Gustave Eiffel, o Instituto Politécnico de Tomar e o CICCOPN- Centro de Formação Profissional da Indústria da Conservação Civil e Obras Públicas do Norte.

De acordo com Virgílio Lopes, representante da Delegação de

## Escola Bento de Jesus Caraça parceira no Projecto REGENERA



Mértola da Escola Profissional Bento de Jesus Caraça no programa REGENERA, "a ideia é reunir à volta da mesma mesa, entidades relacionadas com as várias vertentes da recuperação do património. Pretende-se com esta REDE REGENERA fazer uma troca de experiências, de onde possam sair algumas directivas para a questão do saber fazer, do saber intervir nesta área tão sensível. Este grupo pode conseguir dignificar esta área, criando modelos, metodologias. Não nos queremos substituir ao Estado, mas como trabalhamos todos nestas questões, a nossa experiência poderá ser uma mais valia em termos futuros".



## Reivindicação do GECORPA é atendida

# Criada categoria específica para a área do Património Arquitectónico

Dentro do sector da construção as atenções têm permanecido centradas na construção nova. Reabilitar o que existe requer mais mão-de-obra, consome menos materiais e, portanto, é pouco rentável para o gosto do nosso *establishment* consumista; e a conservação e restauro do património arquitectónico têm sido encarados como um pequeno território marginal, pouco importante no contexto da Construção Civil e Obras Públicas (CC&OP).

Desde a sua criação, em fins de 1997, que o GECORPA se vinha batendo por uma alteração essencial do Dec.-Lei n.º 100/88 de 23 de Março, que regulava o "sistema de alvarás". De acordo com esse documento, a actividade no domínio do Património Arquitectónico encontrava-se arrumada na categoria "Edifícios e Monumentos", dentre um conjunto de quatro categorias. As subcategorias davam a mesma importância classificativa aos "Monumentos Nacionais" que a outras actividades da CC&OP como "Estruturas de betão armado ou pré-esforçado", "Estruturas metálicas", "Demolições" e "Caixilharias de perfis de alumínio e vidros"... Tornava-se imperioso que, pelo menos, o Património Arquitectónico fosse considerado numa categoria específica. Tal ponto de vista foi amplamente divulgado na cerimónia de assinatura



ra do protocolo GECORPA/CENFIC, a 3 de Junho de 1998, na Jornada de Seteais, a 30 de Outubro de 1998, em correspondência dirigida à antiga CAEOPP e em contactos tidos com dirigentes daquela instituição.

Assim, na sequência da nova legislação sobre o acesso e permanência na actividade da Cons-

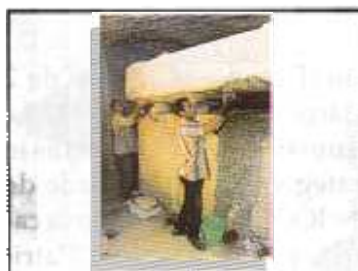
trução (Dec.-Lei n.º 61/99 de 2 de Março), a Portaria n.º 412-I/99 que fixa as categorias e subcategorias da actividade de EOP e ICC institui uma nova categoria, designada por "Património Construído e Protegido", resultante da desagregação da antiga categoria de "Edifícios e Monumentos": sem dúvida, um passo no bom caminho.



## Turistas querem mais informação e sinalética



Necessidade de qualificação dos empreiteiros



## Influência nefasta do turismo de massas

*In Correio da Manhã, 18.04.99*

*In Público 27.04.99*

*In Daily Mail 04.06.99*

*In The Guardian 04.06.99*

## A Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais conta a sua história em

# Caminhos do Património

por Cláudia Veloso

O

percurso de 70 anos da Direcção Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais está a ser assinalado na exposição **Caminhos do Património**. Porto, Coimbra, Évora, Lisboa, Paris, Valladolid e Madeira receberam, ou irão receber esta exposição itinerante, que retrata a actividade da DGEMN nas áreas da salvaguarda e valorização do património arquitectónico e da instalação de serviços públicos. A iniciativa é complementada com uma publicação que, mais do que um registo, é uma obra de referência para a história do património arquitectónico, e um conjunto de programas que inclui seminários, conferências e debates, realizados nos locais da itinerância da exposição.

*"Com Caminhos do Património procuramos dar conta da enorme importância cultural, da preciosa valia técnica e do rigor e actualidade da acção da DGEMN, aspectos hoje reconhecidos a nível internacional pelas entidades que nos têm chamado a uma participação activa nos seus programas e acções",* refere Vasco Martins Costa, Director Geral da DGEMN.

Fundado em 1929, este serviço central do Ministério do Equipamento, do Planeamento e da Administração do Território resultou de reformas sucessivas que tiveram origem na necessidade de centralizar num único organismo as especificidades da construção e reparação de edifícios, classificados ou não, tendo em vista superar as carências de equipamento no domínio dos edifícios públicos. Criada pelo Decreto nº 16 791 de 30 de Abril de 1929, no seio do então denominado Ministério do Comércio e Comunicações, é um



dos mais antigos serviços da Administração Pública. Herdou, assim, as competências dos serviços relacionados com os edifícios e os monumentos nacionais atribuídas ao longo da segunda metade do século XIX e princípio do século XX a diferentes organismos. Com um quadro inicial de 195 funcionários distribuídos por duas secções (Porto e Lisboa), dispunha de um Laboratório de Ensaios de Estudos e Materiais, demonstrando a preocupação de acompanhamento tecnológico que assistiu à sua criação. Este Laboratório veio a dar origem, em 1946, ao actual Laboratório Nacional de Engenharia Civil. A estrutura da DGEMN sofreu, posteriormente, várias remodelações impostas pela necessidade de conhecer mais directamente o património a seu cargo, descentralizando os serviços de intervenção. Em 1970 foram criadas quatro Direcções Regionais de Monumentos,



à semelhança do que já acontecia para o sector de Edifícios, sediadas no Porto, em Coimbra, Évora e Lisboa. Com a reforma de 1993 (Decreto-Lei nº 284/93 e Decreto Regulamentar nº 29/93) efectiva-se a



Margarida Alçada,  
coordenadora da exposição

descentralização e a racionalização dos serviços, reunindo, ao nível regional, edifícios e monumentos no mesmo serviço (à excepção da área de Lisboa) e criando novos serviços, entre os quais foi dado especial relevo às actividades que melhor garantissem a ligação com o exterior, nomeadamente o Inventário do Património Arquitectónico (IPA) e a divulgação do património construído e das actividades da DGEMN. O **Nascimento e Herança da DGEMN** estão descritos no primeiro núcleo da exposição **Caminhos do Património**, cujos painéis contam as histórias dos primeiros grandes restauros da Direcção Geral, de que são exemplo a Sé de Lisboa e a Igreja Românica do Mosteiro de Paço de Sousa (Penafiel). *"A selecção dos painéis para a exposição foi uma tarefa difícil, porque existem imensos projectos interessantes"*, sublinha Margarida Alçada, coordenadora da exposição. *"O Comissário João Vieira Caldas escolheu alguns exemplos entre os muitos projectos que poderiam ilustrar a exposição. Alguns são de extrema importância, não só porque representam o que foi a tradição e a metodologia desta casa desde a sua criação, mas também porque são, muitas vezes, documentos que o público não conhece, como é o caso dos desenhos de Augusto Fuschini para a construção da Sé de Lisboa"*.

No segundo módulo da exposição são retratadas algumas **Intervenções no Espaço Monumental**, de que são exemplo o Castelo de Lanhoso (Póvoa do Lanhoso), o

Mosteiro de Alcobaça, o Paço dos Duques de Bragança (Guimarães), a Igreja de Santa Engrácia (Lisboa) o Museu Nacional de Arte Antiga (antigo Palácio dos Condes de Alvor, em Lisboa), e os novos edifícios para os Ministérios das Obras Públicas e das Comunicações (Lisboa).

Nesta mostra conclui-se que as primeiras décadas de actuação da DGEMN, ao contrário do que em geral hoje acontece, seguem uma concepção de restauro baseada no princípio da unidade de estilo. Grande parte das intervenções em monumentos pretendia não só reintegrá-los na sua suposta pureza original, como libertá-los de constrangimentos visuais ou da vizinhança de construções consideradas espúrias. Assim, não só se efectuaram grandes alterações em monumentos como foram profundamente remodelados os seus espaços envolventes. Os anos setenta correspondem ao início do abandono dos restauros espectaculares

grande parte das principais intervenções efectuadas, com registo do estado em que se encontravam os monumentos antes das obras e do resultado final, permite conhecer o teor das opções tomadas e revela o quanto essas opções correspondem à segurança e convicção de quem sente que aplica princípios universais. *"Os Boletins permitem estudar 131 grandes intervenções feitas no país, constituindo um precioso documento para análise da filosofia de actuação e dos critérios utilizados por esta instituição"*, sublinha Margarida Alçada. Os 131 Boletins publicaram-se com uma regularidade de quatro por ano, de 1935 até 1966, e depois espaçadamente, até 1990. Nas primeiras edições era patente o cuidado dispendido no grafismo, na escolha de diferentes tipos de papel, na impressão, nas dobragens, nos cortes e nos cosimentos, manuais e meticulosos. Conforme os assinantes, faziam-se três tipos de capas: em pele e ouro de lei, em pergamóide com dourados e cartona-



e radicais, preferindo-se-lhes a conservação dos monumentos com as contribuições válidas de todas as épocas e sem alteração do ambiente em que se encontram, numa atitude orientada pelos princípios enunciados na Carta de Veneza (Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios - 1964).

Expostos estão também alguns exemplares do **Boletim da DGEMN**, publicado desde o início da sua actividade. A edição de

das. Todas estas tiragens se esgotaram, tendo sido reeditados dezoito números em versões simplificadas, que também se escoaram rapidamente. Em 1998, a Direcção Geral converteu esta colecção para CD-ROM, permitindo, assim, uma ampla divulgação das suas intervenções, uma vez que este suporte engloba textos históricos sobre a importância dos monumentos, memórias descritivas dessas intervenções, plantas de localização, peças desenhadas e fotografias que

registam o imóvel antes, durante e depois dos trabalhos. Na exposição, estão disponíveis computadores, nos quais os visitantes podem realizar as mais variadas pesquisas. *"Trouxemos as novas tecnologias para esta exposição, não só para captar um público mais alargado, sobretudo jovem, que nos interessa mobilizar para as áreas do património, mas também porque, com essas tecnologias, podemos dispor de recursos de informação muito mais amplos"*, refere a coordenadora. O CD-ROM disponível permite uma pesquisa muito direccionada, em que se pode efectuar uma selecção das intervenções, por exemplo, por estilos, tipologias arquitectónicas ou localização geográfica.

Desde a sua criação que a DGEMN executou ou encomendou projectos e conduziu ou fiscalizou obras de novos edifícios para a instalação de serviços públicos, que reflectiram a evolução da arquitectura portuguesa ou, como no caso do modernismo internacionalista dos anos 30, se posicionaram até na sua vanguarda. A **Arquitectura do Século XX** é, precisamente, o terceiro Caminho do Património, que inclui painéis sobre o Edifício do Comando da Escola Naval do Alfeite e o Edifício da Direcção das Construções Navais (Almada), a Casa da Moeda (Lisboa), o Bairro de Casas Económicas de Caselas (Lisboa), a Embaixada de Portugal em Brasília, o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária (Vila do Conde), a Pousada de São Brás de Alportel e a Pousada de São Teotónio (Valença). *"Algumas intervenções em monumentos para instalação de Pousadas definem um conceito de reutilização do património, constituindo uma forma de aproximação da população em geral ao património edificado. Estar devoluto e sem função é o primeiro passo para a perda total dos imóveis"*, considera Margarida Alçada. As **Pousadas em Monumentos** são o tema para o quarto núcleo da exposição. O objectivo de dar utilidade a conventos ou castelos que complementasse a sua qualidade de monumentos e facilitasse a sua manutenção está ainda associado à necessidade de exaltação do passa-

do pátrio. Pretende-se que a adaptação destes monumentos proporcione aos utentes a sensação de viverem a História. As Pousadas mais recentes, construídas nas últimas décadas, reflectem, por outro lado, o alargamento da noção de Património. Surgem, assim, Pousadas que aproveitam as habitações de centros históricos e outras que adicionam aos monumentos novos corpos com uma linguagem



contemporânea. As Pousadas do Castelo (Óbidos), da Rainha Santa Isabel (Estremoz), de Santa Marinha da Costa (Guimarães) e o projecto para construção da Pousada do Cabo Espichel (Sesimbra) estão descritas nesta exposição.

Por último, são evidenciados os **Métodos, Técnicas e Tecnologias** utilizados pela DGEMN, *"que constituem hoje uma metodologia que permite intervir com critérios definidos e com uma base científica de apoio, que se mantém constante"*, refere Margarida Alçada. O Inventário do Património Arquitectónico (IPA) é o instrumento de base que congrega e fornece toda a informação disponível, pelo que se constitui como *pivot* de programas como a Carta de Risco e as Fontes Documentais. O IPA constitui um instrumento de registo sistemático

com permanente actualização de dados textuais e iconográficos, de natureza técnica, científica e administrativa sobre o universo do património arquitectónico de Portugal que, pelo carácter artístico, histórico, tipológico ou morfológico, representa um elemento importante para a definição e compreensão da nossa identidade cultural. Através das novas tecnologias da informação disponíveis na exposição, é ainda possível aceder ao IPA durante a visita. A Carta de Risco é um projecto desenvolvido com o objectivo de avaliar as necessidades de intervenção no património construído e otimizar os recursos que lhe são afectos, mediante um processo normalizado de recolha, processamento e análise de dados numéricos, alfanuméricos, gráficos e iconométricos, de carácter morfológico e geográfico. Através deste processo normalizado é possível avaliar o estado de degradação dos imóveis e o seu grau de vulnerabilidade face aos riscos extrínsecos e intrínsecos. O Mosteiro de S. Vicente de Fora, pela sua dimensão, qualidade arquitectónica, localização na cidade de Lisboa e problemas de conservação que levanta, foi escolhido como exemplo de aplicação de conhecimentos e investigação. Nos seus claustros, está a ser estudado o comportamento sísmico e avaliada a sua segurança estrutural, em resultado de um protocolo assinado em 1995 entre a DGEMN, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Comissão Europeia, que deu origem ao projecto COSISMO, descrito também na exposição.

No final do percurso, é proposta uma visita virtual, através de aplicação multimédia, à história e processos construtivos da Torre do Búio. São ainda retratadas outras **Intervenções Actuais**, nomeadamente na Igreja do Salvador (Coimbra), onde foram encontradas tábuas debaixo do couro, com pinturas do Séc. XV não retocadas, com pigmentos originais, que permitem avançar um pouco no estudo dos materiais da época e documentar algumas fases da construção da Igreja. ■



## Forum UNESCO

# Manter viva a História que as Culturas dos povos construíram



*Criar uma rede de trabalho internacional entre diferentes universidades de todo o mundo com o objectivo de treinar futuros especialistas na área do património cultural, coordenando, para tal, as actividades de alunos e professores do ensino superior, numa missão de salvaguarda e recuperação do património de cada povo, de todos nós.*

Foi este o desafio que fez nascer, a 19 de Abril de 1995, o Forum UNESCO - Universidade e Património Cultural, através de um protocolo de colaboração firmado entre a Divisão de Património Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) e a Universidade Politécnica de Valência. Apesar de a cidade berço ser Valência, em Espanha, o Forum UNESCO formou sede em Portugal em Março de 1997, na Universidade Lusíada, e ainda na Austrália e no Quebec.



Professor Doutor Arquitecto  
Nuno Santos Pinheiro, coordenador  
do Fórum UNESCO para Portugal  
e Magreb

Propõe-se este organismo criar uma atmosfera de reflexão e de inter-ajuda na defesa dos bens patrimoniais de cada país, assente na necessidade de concretizar um conjunto de medidas específicas, integradas no quadro universitário, pelo que uma das principais linhas orientadoras do Forum UNESCO é

a criação de uma rede internacional de trabalho, indutora do intercâmbio de conhecimentos através da realização de jornadas de trabalho, de seminários, de conferências, de viagens de estudo e da coordenação de pesquisas, no âmbito do património cultural. Nuno Santos Pinheiro, director do Forum UNESCO Portugal e coordenador para o Magrebe e Países de Língua Portuguesa do Forum UNESCO afirma que "recuperando o património estamos a caminhar também para a paz entre os homens, porque há uma tentativa de entrega de um conhecimento, o que levará a um bem estar entre todos".

O projecto de recuperação da Ilha de Moçambique, dirigido por Nuno Santos Pinheiro, mas executado por alunos da Universidade Politécnica de Valência, é um exemplo claro da interacção cultural pela salvaguarda do património de uma nação que, sem esta união de esforços, poderia deixar-se adormecer na erosão dos novos tempos. Após este projecto de recuperação, o Forum UNESCO Portugal classificou-se em segundo lugar no Concurso Internacional para a recuperação do Kasbah de Argel. Estes trabalhos, como o da Medina de Constatine e das igrejas da cidade de Belém, são executados ao nível universitário com apoio de outras universidades estrangeiras com as quais o Forum tem protocolos de cooperação. Através de cursos, visitas de professores e de alunos, e da execução de trabalhos em conjunto, os intercâmbios são já uma realidade entre universidades, com protocolos estabelecidos na Argélia, Brasil, Bulgária, Chile, Colômbia, Espanha, Honduras, Itália, Macau e México, "numa vontade inenunciável de ligar a

universidade ao património" - reforça Nuno Santos Pinheiro. Assiste-se, pois, não só à multiplicação desta consciência pelas cidades, países e continentes, como à sua consolidação no espaço nacional, na defesa do património português. Sinal desta intenção plural, o Forum UNESCO - Universidade e Património firmou um acordo de cooperação com a Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico - organização constituída por todos os municípios com interesse na salvaguarda do seu património histórico urbano, carente de intervenções ao nível da recuperação e manutenção. Duas vezes por ano, os signatários deste acordo promoverão reuniões por forma a gerir e orientar as actuações consignadas no mesmo, tal como a contribuição científica e tecnológica do Forum, através do Centro Lusíada de Estudos Tecnológicos da Arquitectura (CLETA) e do Núcleo Lusíada de Estudo e Salvaguarda do Património (NULESPA).

Esta cooperação deverá traduzir-se igualmente na criação de condições que permitam uma maior divulgação do património e, se possível, contribuir para uma formação tecnológica de quadros que garantam, no futuro, uma melhor salvaguarda e manutenção do património.

Também na área da formação, o Forum UNESCO tem dirigido a sua actuação, em articulação com outros organismos, nomeadamente o CENFIC - Centro de Formação Profissional da Indústria da Construção Civil e Obras Públicas do Sul. Em Março do ano corrente, decorreu em Santarém o I Curso Internacional sobre Património.

# Mecenato cultural em Portugal



O estudo sobre 10 anos de mecenato em Portugal (1986-1996) realizado pelo Observatório das Actividades Culturais e recentemente publicado, demonstra que no cômputo das acções mecenáticas empreendidas relativamente ao conjunto das actividades culturais, poucos sectores ultrapassam o patamar dos 10% de captação de apoios. O sector da Música constitui a grande excepção, reunindo 36,4% dos apoios relativamente às outras áreas de actividade, designadamente o Património, que detém no período considerado apenas 5,3% da captação de apoios, as Artes Plásticas com 15,2%, o Teatro com 7%, o sector do Impresso e Leitura com 3,5%, o Cinema e Audiovisual com 2,1%. O que parece constituir uma nítida apetência pelo sector da Música, que concentra grande parte dos apoios, é explicado no referido estudo como estando associado à maior exposição pública associada aos acontecimentos, estreitamente relacionada com a acrescida dimensão dos públicos-alvo e com o maior benefício

que os mecenas associam ao investimento realizado.

A publicação da Lei do Mecenato e a consequente criação de benefícios fiscais de incentivo à actividade mecenática constituiu um passo importante para cativar o interesse das empresas. Mas, mais importante do que as vantagens concedidas e legalmente consignadas, é o facto do apoio a actividades culturais representar um reforço da imagem de prestígio do mecenas, que assim vê a notoriedade da sua instituição ganhar dimensão.

No caso concreto dos museus, nos últimos anos, foi a alteração da sua imagem decorrente das acções efectivamente concretizadas e de um dinamismo que não passou despercebido junto da opinião pública e dos meios de comunicação social que veio contribuir para uma alteração significativa dos apoios obtidos.

Com efeito, ao longo destes últimos anos, pode verificar-se uma gradual alteração da atitude do mecenas face às actividades do museu, através de uma ligação

<sup>1</sup> Anabela Antunes Carvalho, frequência do Mestrado em Literatura e Cultura Portuguesa Contemporâneas, da Universidade Nova de Lisboa, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Prado Coelho. Licenciada em História, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Exerce funções de Técnica Superior no Instituto Português de Museus. Convidada pelo Comissariado do Pavilhão de Portugal da Expo'98 para integrar a equipa responsável pela definição e execução dos conteúdos programáticos da participação portuguesa. Nomeada Directora do Pavilhão de Portugal no âmbito da Área de Operações do Parque Expo'98 S.A. Regressa ao Instituto Português de Museus para integrar a equipa da Divisão de Divulgação.

<sup>2</sup> Isabel Alexandra Rodrigues Cordeiro, licenciatura em História, variante de História da Arte, pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Curso de pós-graduação em Gestão das Artes, pelo Instituto Nacional de Administração. Frequência do Mestrado em História do Séc. XX, na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Em Janeiro de 1992, inicia a sua colaboração com o Instituto Português de Museus. Exerceu funções de gestão e coordenação de projectos da Iniciativa Mosaico, uma estrutura na dependência do Gabinete do Ministro da Cultura.

Em 1998 integra a Direcção de Serviços de Inventário do Instituto Português de Museus, assumindo a coordenação do trabalho desenvolvido pelos técnicos afectos a esta direcção de Serviços e o acompanhamento da actividade da Divisão de Documentação Fotográfica.



efectiva com a instituição, traduzida numa participação financeira concreta e também na oferta de um conjunto significativo de bens e serviços. Mas, mais importante, foi

■ ■  
*"A tendência para  
 uma prática  
 mecenática conti-  
 nuada, e cada vez  
 mais abrangente, de  
 todos os sectores da  
 actividade cultural,  
 contribui decisiva-  
 mente para a moder-  
 nização das  
 infraestruturas cul-  
 turais do país."*  
 ■ ■

a criação de um vínculo efectivo e continuado, obtido através da campanha realizada junto do tecido empresarial, consubstanciada na ideia do mecenato institucional a que subjaz uma verdadeira associação de um mecenas a um museu por um período dilatado de tempo. Esta ideia tem vindo a encontrar uma adesão crescente entre os mecenas, nomeadamente instituições bancárias e seguradoras, que vêem assim associada a sua imagem a intervenções continuadas, de carácter estrutural.

A prática de um mecenato institucional assente numa continuidade dos laços entre o museu e o mecenas, não invalida os apoios mecenáticos pontuais, a iniciativas de carácter mais efémero, como a comparticipação em exposições temporárias, ou ainda na produção de réplicas de peças das colecções dos museus, ou de publicações. Ambos os tipos de participação são importantes, na exacta medida em que viabilizam o desenvolvimento de iniciativas indispensáveis ao cumprimento dos objectivos essenciais da instituição museal, fomentando simultaneamente um espírito de envolvimento e partilha em projectos de índole cultural, dando

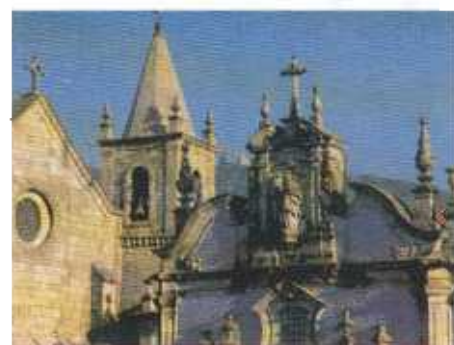
corpo à ideia de que a conservação, divulgação e fruição do património cultural constitui uma responsabilidade cívica de toda a sociedade civil.

O mecenato institucional que desde 1995 associa o Banco Mello ao Museu do Chiado, constitui um exemplo notável de ligação entre duas instituições com vocações distintas. O triénio 1999-2001 terá um apoio consubstanciado numa relevante comparticipação financeira que permite ao museu dar continuidade ao seu programa de actividades.

Um dos mais significativos exemplos de mecenato institucional constitui a participação da CIMPOR - Cimentos de Portugal na viabilização da profunda intervenção de restauro em curso na Igreja da Madre de Deus, um dos mais notáveis tesouros nacionais, integrada no percurso do Museu Nacional do Azulejo. O apoio permitirá abranger as acções de restauro na talha, azulejo, pintura, escultura e têxteis da igreja, sacristia, coro-alto e capela de Santo António.

Também significativo, o recente protocolo celebrado que associa a EDP ao Museu Nacional de Arte Antiga, por um período de três anos e que vem viabilizar alguns projectos prioritários do museu que reúne uma das mais importantes colecções nacionais.

Podemos ainda citar alguns exem-



plos relevantes de mecenato noutras áreas de actividade cultural que não os museus, nomeadamente a associação em regime de mecenato exclusivo do BCP ao Teatro Nacional de S. Carlos, da EDP à Companhia Nacional de Bailado, do BPI ao Teatro Nacional de S. João do Porto e da Portugal Telecom ao Teatro Nacional D. Maria II.

Esta tendência para uma prática mecenática continuada, e cada vez mais abrangente, de todos os sectores da actividade cultural, contribui decisivamente para a modernização das infraestruturas culturais do país permitindo uma oferta cada vez mais diversificada e qualificada, uma participação acentuadamente mais dinâmica dos criadores e agentes culturais e, consequentemente, uma atenção e interesse crescentes por parte do público e das comunidades. Daqui resulta também uma responsabilidade acrescida do tecido empresarial e das instituições e agentes culturais e dos mecenas. O resultado final desta conjugação de esforços e investimentos – onde o incentivo à requalificação e valorização do património cultural assume especial relevância, pela importância que reveste no reforço das identidades regionais – só poderá resultar na valorização da nossa identidade cultural no quadro de um desenvolvimento integrado e da afirmação de uma imagem forte de Portugal. ■



Igreja da Madre de Deus, Museu Nacional do Azulejo, Lisboa

# Fundo de Turismo promoveu debate sobre Património e Turismo

por Cláudia Veloso

O Ciclo de Debates 1999 do Fundo de Turismo, que teve lugar no passado dia 21 de Maio, em Lisboa, incluiu uma sessão sobre "Património e Turismo - A Filosofia de Intervenção, Técnicas e Custos da Recuperação do Património e o seu Impacte no Turismo". Estiveram presentes, entre outras individualidades, o Secretário de Estado do Turismo, o Presidente do Fundo de Turismo, o Director Geral do Turismo, o Presidente do Conselho de Administração da ENATUR, o Presidente do IPPAR, o Director Geral de Edifícios e Monumentos Nacionais e o Presidente do GECORPA. Na sua intervenção, o Prof. Alexandre Alves Costa, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto, abordou a importância do turismo como fonte de desenvolvimento, directamente ligada à preservação da identidade nacional, referindo que *"Portugal pode desenvolver-se e perder a sua identidade. Pode, pelo contrário, manter a sua identidade estabilizando o seu desenvolvimento, como acontecia em grande parte durante o Estado Novo. Pode, em terceira via e, do nosso ponto de vista, a única interessante, aliar o desenvolvimento à preservação e aprofundamento da identidade nacional"*. "Recuperar e produzir Património para o Turismo" foi o tema desenvolvido pelo Arqtº João Paulo Rapagão, docente da Universidade Lusíada, que sublinhou a necessidade de uma intervenção entre a verdade, a qualidade e a viabilidade. *"Intervir no Património para o Turismo exige uma razão e uma imaginação capazes de interpretar e materializar a sua identidade, revelada pela sua ordem temporal e espacial própria (...). O critério de intervenção defende a ideia de manutenção do significado cultural e social onde os espaços como, por exemplo, o Palácio do Marquês de Cas-*

*telo Rodrigo, assumem um papel dinamizador"*.

O Prof. Sérgio Infante, da Universidade Técnica de Lisboa, abordou o tema *"Metodologias de Conservação do Património Arquitectónico"*, a propósito do Plano de Salvaguarda de Angra do Heroísmo. *"Um plano de salvaguarda - referiu - é em primeiro lugar um instrumento que pretende compatibilizar a Conservação do Património com o Desenvolvimento"*. Na sua opinião, *"a melhor forma de organizar o percurso de uma visita cultural é sugerir uma deambulação livre, sem guia, com a ajuda de um prospecto simples que forneça informação através de itinerários devidamente sinalizados e pontuados por painéis informativos"*.

No encontro falou-se também de Casas Nobres, que de habitações passaram a assumir também uma função turística. O tema foi abordado pelo Prof. João Appleton, da A2P,

que sublinhou a actualidade da discussão sobre o modo como se podem fazer as intervenções que uma função hoteleira implica, quais as principais alterações e suas implicações na estrutura e na construção do edifício, como se podem atacar as principais anomalias que afligem este tipo de edifícios, etc.

*"Custos e Proveitos da Autenticidade"* foi o tema desenvolvido pelo Engº Vitor Córias e Silva, Presidente do GECORPA, que abordou questões como: o património natural e cultural como recursos e como motivações do turismo; direitos das futuras gerações e uso sustentável do património; autenticidade e "fachadismo"; autenticidade e estrutura; demolir e re-construir ou reabilitar e reutilizar: impactos positivos e negativos sobre o património natural e sobre o património cultural. ■

O Fundo de Turismo é um organismo que visa desenvolver o Turismo nacional, através da formulação e da gestão da política de incentivos ao sector, no quadro da parceria público/privado ou, por outras palavras, no quadro de articulação das políticas públicas e das iniciativas dos agentes empresariais. As orientações política e económica nacionais levaram o Fundo de Turismo a estabelecer uma nova estratégia, com os seguintes objectivos:

- \* modernizar, agilizar, flexibilizar o FT enquanto gestor do sistema de apoios ao sector privado;
- \* dar ao FT um papel mais importante enquanto entidade financiadora do sector, em cooperação com a banca;
- \* dar ao FT um papel mais interveniente na selecção e gestão dos apoios aos investimentos públicos, articulando-os com as iniciativas empresariais;
- \* imprimir uma política voluntarista através de uma lógica de desconcen-

## Fundo de Turismo



tração ao investimento privado, de uma política de apoio financeiro aos grandes grupos empresariais e às PME turísticas, da valorização do investimento integrado e da definição de uma política de apoio ao investimento público.



# Cinco ideias simples

Enunciadas pelo Príncipe-Consorte da Dinamarca, Presidente da Europa Nostra, por ocasião da Cerimónia de entrega dos Prémios Europa Nostra, Paris, 28 de Janeiro de 1999



S.A.R. Príncipe - Consorte da  
Dinamarca e Presidente da  
Europa Nostra

**Primeira Ideia:** Numa economia mundial que se globaliza e numa Europa que acaba de se dotar, através da moeda única, de um factor poderoso de integração, torna-se vital salvarguardar as nossas diversidades culturais. Parece pois necessário que a Europa e, nomeadamente, a União Europeia, atribuam às medidas culturais uma importância bem maior do que a actual.

**Segunda Ideia:** No seio de qualquer acção europeia que coloque em evidência as nossas diversidades culturais, o património cultural deve ocupar um lugar destacado e privilegiado. De facto, o nosso património, fruto de correntes de pensamento e de acção que têm ultrapassado as fronteiras políticas que condicionam a Europa, tem a dupla vantagem de testemunhar as nossas diversidades culturais e de valorizar, simultaneamente, a nossa identidade europeia.

**Terceira Ideia:** Na Europa, a noção de património cultural não pode continuar a reflectir a dicotomia tradicional entre natureza e obra do Homem. Na Europa, a natureza foi condicionada pelo Homem ao longo de milhares de anos. Foi este condicionamento que criou as paisagens europeias, e proporcionou a beleza, a variedade e o valor dessas mesmas paisagens. Uma vez que, devido à expansão económica, as nossas paisagens estão hoje ainda mais em risco do que os nossos monumentos, a salvaguarda das paisagens da Europa deve tornar-se uma prioridade.

**Quarta Ideia:** O património é uma fonte de emprego que ainda não foi explorada de forma satisfatória. As iniciativas que visam valorizar o património cultural são muitas vezes desencorajadas, nomeadamente, por sistemas fiscais desadequados, bem como por

uma suspeição e desconfiança persistentes relativamente aos proprietários dos bens culturais. Devemos adoptar uma nova postura face ao património cultural capaz de explorar as suas potencialidades em matéria de criação de emprego.

**Quinta e última ideia:** A sociedade civil – isto é, todas as estruturas não governamentais entre os cidadãos e os poderes públicos – desempenha um papel importante para a protecção do património e pode revelar-se um interlocutor precioso dos responsáveis políticos. As ideias e as iniciativas inovadoras procedem, muitas vezes, da sociedade civil. Esta dispõe de poucos meios, mas conta com uma armada de benfeitores que aceitam consagrar o seu saber-fazer, o seu tempo e o seu dinheiro à causa do património. Esta sociedade civil soube organizar-se ao nível europeu dotando-se, através da criação da Europa Nostra, de uma estrutura europeia. Com efeito, a Europa Nostra reúne numa federação pan-europeia as diferentes organizações nacionais, regionais e locais, que oprimem para a protecção do nosso património.

É, pois, mais do oportuno que as autoridades políticas escutem a sociedade civil, que se associem mais estreitamente às decisões respeitantes ao património e que aceitem sustentar o seu esforço com medidas de apoio concretas. ■

A Europa Nostra em conjunto com o Instituto dos Castelos Históricos (EUROPA NOSTRA/IBI) é uma organização que possui uma rede de membros em toda a Europa, compreendendo mais de 200 organizações não governamentais orientadas para a preservação do património, com cerca de uma centena de autoridades locais e mais de 700 membros individuais. Beneficia de um estatuto consultivo junto do Conselho da Europa e mantém relações estreitas com a União Europeia.

A Europa Nostra/IBI tem como objectivos, encorajar e promover:

A protecção e a valorização do Património Arquitectónico e natural na Europa; o respeito pelas normas de qualidade em matéria de arquitectura, urbanismo e ordenamento do território; o melhoramento do ambiente.

Procura sensibilizar a opinião pública, bem como as autoridades internacionais, nacionais e locais. Organiza, para este efeito, conferências, seminários, ateliers, estudos científicos, exposições e viagens de estudo.

Difunde várias publicações: um relatório anual, uma revista bianual, uma newsletter semanal e um boletim IBI. A Europa Nostra/IBI gere três Programas de Prémios que são alvo de uma grande atenção por parte dos media. No quadro do seu Programa de Prémios, atribui anualmente uma quarentena de prémios aos projectos de restauro ou valorização do património arquitectónico e natural de qualidade excepcional. Desde 1986, esta actividade conta com o apoio da Fundação "American Express". Em 1993, foi organizada uma exposição itinerante onde foram apresentados os primeiros 15 anos dos Prémios Europa Nostra. Esta exposição já foi mostrada a um vasto público e continua a viajar pela Europa, com o objectivo de chamar a atenção para os projectos premiados.

Todos os anos, um máximo de 3 Medalhas de Honra são atribuídas a pessoas que intervieram com uma obra exemplar a favor da protecção ou da promoção do património arquitectónico natural na Europa.

O Fundo de Restauro Europa Nostra, apoiado pelo Christie's Internacional, faz um donativo anual a favor de um monumento privado em risco (como os fortes e os castelos que têm um carácter histórico assim como as respectivas ruínas ou jardins).

As declarações adoptadas pela Assembleia Geral são destinadas a um

## Europa Nostra / IBI



extenso público, reportando-se a assuntos de interesse geral. Assim foram adoptadas declarações para a salvaguarda do litoral europeu, na protecção das cidades históricas e na iniciativa dos jovens relativamente à protecção do património.

As resoluções dizem respeito à salvaguarda de um sítio especial e são destinadas a um público muito específico e, nomeadamente às respectivas autoridades. Em determinados casos, quando é necessário assegurar a continuidade de uma resolução anterior ou num caso de emergência, o Presidente Executivo pode enviar correspondência em nome da organização. Desde 1983, cerca de 70 declarações, resoluções e correspondências do Presidente Executivo foram adoptadas e difundidas, muitas vezes em colaboração com outras organizações. Até agora 30% das intervenções realizadas pela Europa Nostra/IBI foram um verdadeiro sucesso. Com o vosso apoio, a nossa influência crescerá e reforçaremos a nossa eficácia.

As viagens de estudo são destinadas aos membros individuais e aos membros vitalícios. Estas viagens oferecem a possibilidade de contactar com organizações locais, sem a ajuda das quais seria impossível visitar as obras históricas que não estão abertas ao público.

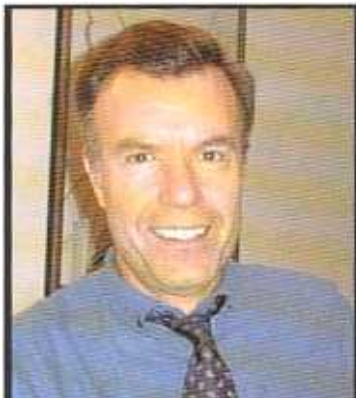
As últimas viagens de estudo foram organizadas na África do Sul, Dinamarca, Galiza (Espanha), Cumbria e País de Gales (Reino Unido), Estados Unidos, Suécia e outros destinos interessantes.

A Europa Nostra /IBI é financiada pela quotização dos seus membros, donativos de organismos comerciais e não comerciais, por particulares e por subvenções e outras formas de apoio da União Europeia, do Conselho da Europa e de outras organizações internacionais...



# Custos e proveitos da autenticidade

*Síntese da apresentação feita pelo presidente do GECORPA no ciclo de debates do Fundo de Turismo - "Património e Turismo - A Filosofia de Intervenção, Técnicas e Custos da Recuperação do Património e o seu Impacte no Turismo"*



V6itor C6ias e Silva<sup>1</sup>  
Engenheiro Civil

## 1 - Concorr6ncia cultural

Assiste-se j6, e assistir-se-6 mais no futuro, a uma competi66o entre destinos culturais, competi66o que 6 facilitada pela crescente mobilidade das pessoas. A resposta a esta crescente necessidade dos destinos culturais melhorarem a sua competitividade encontra resposta na busca da qualidade.

O Grupo Europeu do Patrim6nio (GEP) - associ66o que agrupa a generalidade das organiza66es profissionais europeias activas na salvaguarda do patrim6nio cultural - estima que, em termos m6dios europeus, cerca de 30% das motiva66es e dos consumos turisticos s6o induzidos directa e indirectamente pelo patrim6nio. O Conselho Mundial do Turismo, citado pelo GEP, estima que, a n6vel internacional, 37% das viagens tenham uma conota66o cultural.

Nestas condi66es, oferecer ao visitante um produto de autenticidade duvidosa ("gato por lebre"),

6 ofender os seus sentimentos e a sua intelig6ncia e, talvez, afast6-lo para sempre. 6 pois evidente que, em conserva66o e restauro do patrim6nio arquitect6nico, a qualidade n6o existe sem autenticidade.

## 2 - Autenticidade

Os limitados meios tecnol6gicos dispon6veis levavam, no passado, a que as interven66es em constru66es existentes fossem feitas com recurso 6s mesmas t6cnicas e materiais originais. Isso possibilitou a lenta consolida66o do car6cter daquilo que, para as actuais e futuras gera66es, constitui um precioso patrim6nio cultural.

O fen6meno "bet6o armado" alterou completamente este cen6rio, sobretudo a partir dos anos 30 do s6culo que ora termina. Com ele, as interven66es tornaram-se, frequentemente, atentat6rias do car6cter dos monumentos e dos centros hist6ricos.

<sup>1</sup> V6itor C6ias e Silva, Engenheiro Civil, Presidente do GECORPA - Gr6mio das Empresas de Conserva66o e Restauro do Patrim6nio Arquitect6nico.

As figuras 1 e 2 mostram exemplos de perda de autenticidade, do ponto de vista da estrutura e dos materiais utilizados.



Fig. 1 – Jerónimos, Lisboa: betão ao lado de cantaria



Fig. 2 – Angra do Heroísmo: enxertos de betão em alvenarias.

Um dos critérios hoje seguidos na concepção das intervenções é a redução da sua **Invasividade**: A intervenção deve ser o menos invasiva possível, isto é, deve envolver a mínima perturbação possível da integridade e da estabilidade da construção.

### 3 - Betonização da paisagem ou reabilitação das construções?

A construção é uma das actividades com maior impacto ambiental. Esse impacto está, sobretudo, associado à construção nova, e resulta do consumo de enormes quantidades de

materiais, de matérias primas e de energia. Os mais de 50 milhões de toneladas de inertes são extraídos em pedreiras a céu aberto, com uma enorme degradação da paisagem, de leitos de rios e lagos e das praias.

O fabrico industrial de materiais como o cimento, além da extração da pedra em pedreiras, obriga ao consumo de grandes quantidades de energia.

Estima-se que, em Portugal, sejam produzidos anualmente cerca de 10 Mt de entulhos da construção. Um tal volume de detritos cria problemas graves de depósito e não é por acaso que no país proliferam os vazadouros clandestinos, ao longo das estradas e caminhos, ribeiras, matas e baldios.

A opção pela reabilitação das construções existentes em vez da sua demolição e reconstrução reduziria drasticamente quer o consumo de materiais novos quer a produção de entulhos.

Segundo os Censos 81, existiam em Portugal 1 125 850 edifícios construídos antes de 1945, representando cerca de 45% do total de edifícios. Existe, portanto, um vastíssimo "stock" edificado, que abre grandes possibilidades à reabilitação. Paradoxalmente, a actividade nesta área é, em Portugal, diminuta: em 1997, o peso da "Reabilitação e Manutenção" no conjunto da actividade da Construção Civil e Obras Públicas era, em Portugal, de apenas 4%, contra 45,9 em Itália e 43,3 em França...

*Porque não promover a valorização do património construído e, ao mesmo tempo, evitar a desvalorização do património natural?*

### 4 - Património Construído e Património Natural

O desejo de usufruir o património natural e o património cultural constitui a mais nobre motivação do turismo. Em resultado da crescente difusão da cultura, é cada vez maior a sua importância como motivação do turismo.

As intervenções mais criteriosas não são, necessariamente, mais caras. Ao contrário: a minimalização

da intervenção ou a redução da sua intrusividade são critérios que tendem a reduzir os custos, aumentando benefícios.

Os custos da autenticidade são, portanto, a disciplina, contenção e muitas vezes renúncia que ela envolve. Os proveitos serão, sobretudo, para as futuras gerações de visitantes — que poderão receber a mensagem das velhas pedras — e de usufrutuários — que poderão, além disso, continuar a retirar benefícios económicos do importante recurso que é o património arquitectónico. Mas são-no, também, para a actual geração, porque os proveitos de uma sábia política de autenticidade — ou custos de uma má — estarão à vista a prazo relativamente curto.

Mas não ficam por aqui os proveitos da salvaguarda da autenticidade. Se, em nome de uma maior autenticidade, se optar por reabilitar e reutilizar em vez de demolir e reconstruir, promover-se-á a valorização do património construído e, ao mesmo tempo, evitar-se-á a desvalorização do património natural. ■



Fig. 3 – A necessidade de abastecer a actividade fabril de construção nova leva à degradação da paisagem, com a proliferação de pedreiras.



Fig. 4 – Também os rios, lagos e praias se degradam com a extracção de enormes quantidades de areia.



# O Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa: Discussão de uma intervenção

por **Jorge Rodrigues<sup>1</sup>**  
Historiador da Arte



O

Mosteiro de Santa Maria da Flor da Rosa, no concelho do Crato, não é apenas um dos mais importantes monumentos medievais portugueses. É também um local de grande significado histórico, uma vez que albergou a cabeça da Ordem do Hospital de S. João de Jerusalém, depois Ordem de Malta, a partir do século XIV, dando origem à fundação do Priorado do Crato que, no início do século XVI, seria o segundo maior benefício do Reino.

Fundado em meados do século XIV, foi-o por uma das muitas figuras de grande importância na história portuguesa ligadas ao Mosteiro. Trata-se de Álvaro Gonçalves Pereira, pai do Condestável D. Nuno Álvares Pereira, e grande herói do Salado, onde lutou ao lado de Afonso IV, levando a preciosa relíquia do Santo Lenho, depositada na casa hospitalária de Vera Cruz de Marmelar, cuja influência milagrosa na vitória foi sobejamente realçada pelos cronistas.

A lenda, verosímil, pretende que o Condestável ali teria passado a juventude, dando origem à designação popular do conjunto, plena de orgulho local, de *Paços de Dom Nuno*,

facto que colhe maior credibilidade da própria configuração do conjunto.

O Mosteiro é, de facto, constituído por um Paço acastelado que teria 4 torres, uma das quais desapareceu para dar origem à entrada quinhentista do templo, ao lado das quais se ergue o alto e fortificado templo - sem fachada axial, verdadeira capela e, ao mesmo tempo, torre de menagem da edificação. Por trás desenvolvem-se as construções monásticas, numa primeira série medieval em torno do claustro que foi renovado no período manuelino, entre finais do século XV e início do XVI, pelo Prior D. Diogo de Almeida, que adicionou também uma série de outras dependências em torno das primeiras, fazendo-se sepultar na Igreja. O seu túmulo, bela peça manuelina que fazia par com o do fundador, foi infelizmente destruído pela ruína da cabeceira do templo em 1897, salvando-se milagrosamente o de D. Álvaro, agora de novo colocado na Igreja.

No início do segundo quartel do século XVI, e tendo em atenção a importância económica do Priorado, D. João III exerce o seu direito régio impondo a nomeação do Infante

<sup>1</sup> Jorge Rodrigues, é docente no Departamento de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Ultima, presentemente, os seus doutoramento a apresentar a esta instituição. É igualmente assessor do Serviço de Belas-Artes da Fundação Calouste Gulbenkian.

D. Luís, patrono das artes e verdadeiro *Príncipe do Renascimento*, como Prior, de que resultará uma tentativa de renovação do conjunto, com adaptação de uma sala quinhentista para albergar um Colégio de Teologia - no espírito da reforma das ordens religiosas inspirada pelo monarca e efectuada por Frei Brás de Barros - e adição de elementos de puro gosto clássico, inspirados nas obras de Évora, como é o caso das janelas maineladas das torres e do portal do templo, rigorosamente igual ao da Graça de Évora e provavelmente do mesmo arquitecto, Miguel de Arruda - que também terá trabalhado para o Infante na renovação do Palácio do Grão-Prior no Crato, de que resta essencialmente uma grande varanda monumental.

Depois dá-se um período de declínio, generalizado a todas as comendas e terras da Ordem, originando uma visita do arquitecto Pedro Nunes Tinoco em 1615, daí resultando um código com 28 desenhos, em 1620, das vilas, castelos e mosteiros hospitalários do Priorado, dois dos quais dedicados às obras que haveria de fazer no Mosteiro da Flor da Rosa.

Tais obras não se fariam, caindo a cabeceira e parte do transepto do conjunto abandonado em 1897, na sequência de grandes temporais que assolaram a região. O restauro só se iniciaria nos anos 40 deste século, com graves incompreensões da especificidade construtiva do

conjunto substituindo, por exemplo, a cobertura em xisto a cutelo, com enchimento de materiais cerâmico e terra, com propriedades anti-sísmicas, por cantaria talhada,

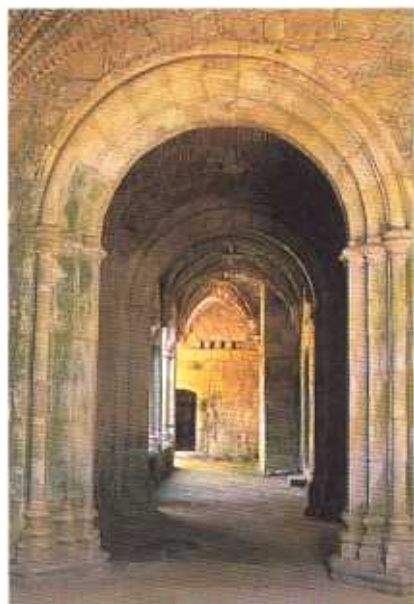
colecção nacional de escultura, a par de uma exposição permanente sobre a Ordem do Hospital ou de Malta em Portugal, o Priorado do Crato e a interpretação artística do



mais pesada e estática, provocando algumas fissuras e as consequentes infiltrações e debilidade estrutural da edificação.

Recentemente o Mosteiro foi adaptado à função de Pousada, com os problemas e abusos de interpretação e intervenção que tal uso sempre acarreta. Na minha qualidade, na altura, de Técnico-Superior do IPPAR e consultor da Câmara Municipal do Crato, votei vencido contra esta utilização. Não porque o projecto do Arq. Carrilho da Graça fosse mau ou inadequado - muito pelo contrário, já que houve a tentativa de articular o edifício novo, de alguma forma "escondido", com o existente. Mas porque um conjunto com a singularidade e dignidade do Mosteiro da Flor da Rosa deveria ser preservado por si, sem necessidade de álibis de rentabilização ou outros. Alguém sonharia em fazer uma Pousada no Mosteiro dos Jerónimos? E alguém pensaria em fazê-la no Mosteiro da Flor da Rosa se este ficasse em Lisboa ou no Porto? A condição periférica da sua condição acabaria por ditar a sua sorte, ficando assim afastada a hipótese levantada por um grupo de historiadores da Arte e museólogos, entre os quais me encontrava, de albergar no conjunto monástico uma

próprio Mosteiro - sendo esta última uma necessidade que tarda em concretizar-se de forma adequada. A adaptação de uma edificação com as características da Flor da Rosa a Pousada é sempre redutora da sua fruição, cortando caminhos de circulação e de leitura artística, e introduzindo alterações definitivas, muitas das quais inadmissíveis - veja-se os casos, graves, do rasgamento de uma porta para o antigo Refeitório, actual bar da Pousada, ou a incompreensão da implantação do conjunto, em termos de cotas e hidrografia, que provoca constantes inundações no interior, por ignorar a necessidade de drenagem que se vinha fazendo desde o século XIV, conforme escavações arqueológicas comprovaram. ■

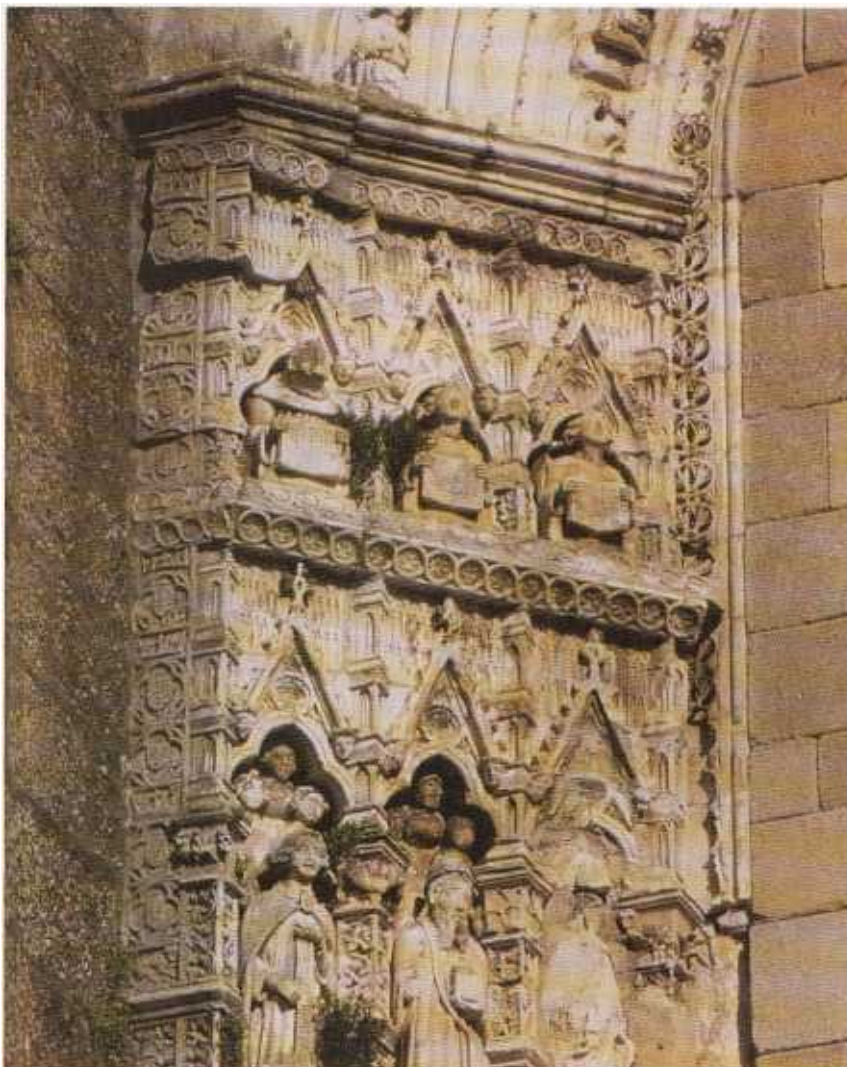




# Cultura e turismo: para uma economia de mercado

por Valéry Patin<sup>1</sup>

*Mesmo ao ritmo actual do seu desenvolvimento, o turismo pode ser um trunfo para o património, desde que as leis do comércio se apliquem com moderação.*

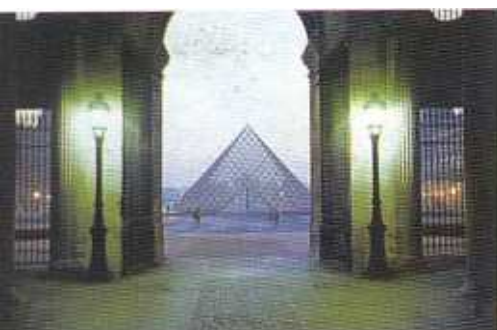


A viagem tem frequentemente um sentido ambivalente quando o seu objectivo é o da visita de sítios arqueológicos e monumentais ou de museus. Por um lado, é considerada como um factor privilegiado de educação e de sociabilidade: conduz o visitante a uma maior compreensão das particularidades culturais das comunidades que o acolhem. Por outro lado, a viagem é identificada como um risco, em particular quando se trata de locais sobre-frequentados ou locais frágeis em termos de condições de acolhimento. Por estes motivos, alguns denunciam a excessiva exploração turística destes sítios, que pode conduzir a uma expoliação dos autóctones dos seus próprios pontos de referência tradicionais bem como a uma perda, por parte dos monumentos, da sua autenticidade, isto é, do seu senti-

<sup>1</sup> Tradução de um texto do "Courrier de l'UNESCO", Julho/Agosto 99. Valéry Patin é doutor em sociologia, administrador do Comité Internacional do Turismo Cultural do ICOMOS.



do. É este o caso quando se tenta, através de meios descritivos demasiado generalistas, satisfazer a todo o custo o visitante apressado ou inquieto por não conseguir ver "tudo o que havia para ver".



Mas, resolver este problema de ambivalência a partir de uma abordagem unicamente cultural já não é suficiente: não reflecte as novas funções económicas impostas, desde há uma quinzena de anos, ao património arqueológico, monumental e museológico, pela pressão da procura turística.

Para responder a esta pressão, numerosos países investiram esforços consideráveis para melhorar e diversificar a apresentação do património. Foram remodelados museus: mais de 6 mil milhões de francos (200 milhões de contos) foram consagrados à renovação do Museu do Louvre. Novos sítios viram a luz do dia: museus de arte moderna em São Francisco, Barcelona, Roma, Tokyo, Hong Kong, Bilbao. Foram reabilitados centros históricos, foram restaurados monumentos de grande prestígio, como o Palácio Grassi e a Ca Rezzonico, em Veneza. O número de grandes exposições cresceu fortemente. A sua

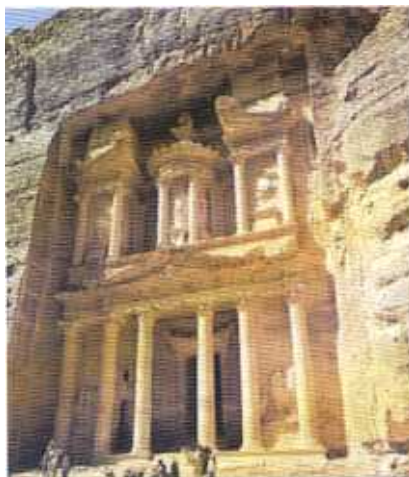
frequência ultrapassa regularmente as 500 000 visitas. A exposição de Monet, apresentada em Londres em 1999, bateu o recorde de entradas de uma exposição temporária, contabilizando mais de 8 500 visi-

*"Museus foram remodelados: mais de 6 mil milhões de francos (200 milhões de contos) foram consagrados à renovação do Museu do Louvre".*

tantes por dia.

Estas acções de valorização beneficiaram do apoio dos media. O património transformou-se, para a maior parte dos visitantes, num objecto de consumo familiar, susceptível de trazer surpresas, descontração e prazer, mantendo-se sempre de fácil acesso. O forte crescimento dos produtos turísticos culturais, como as curtas estadias, reflecte esta realidade: associa-se a reserva numa manifestação cultural (exposição ou ópera), um transporte (comboio, avião), e um alojamento, de preferência num hotel típico.

Em quinze anos, o turismo contribuiu pois, largamente, para a integração do património cultural



no universo económico. Esta evolução levou a um certo número de modificações no sistema tradicional de protecção e de valorização do



património, quer no que diz respeito ao papel das instituições, quer no que concerne as modalidades de investimento.

Na maior parte dos grandes países turísticos receptores (excluindo Estados Unidos e Reino Unido), os sítios culturais são, desde longa data, geridos por instituições públicas. As receitas turísticas que geram são, no essencial, reutilizadas em benefício próprio. Podem, todavia, ser completadas por outros financiamentos públicos ou privados. Mas, em certos casos, as receitas oriundas da exploração dos sítios são utilizadas para outros fins, que não o da preservação e o da valorização desse património. A situação económica de alguns países pode explicar este procedimento. O que não impede que uma tal lógica conduza à sobre ex-





ploração dos recursos patrimoniais, reduzindo, simultaneamente, os investimentos necessários à sua preservação e à sua apresentação. Mais grave ainda é o facto de esta lógica poder dar origem à criação de equipamentos turísticos, nomeadamente hoteleiros, que, quando mal situados e de medíocre qualidade arquitectónica, ferem a qualidade e a autenticidade das paisagens culturais envolventes. Os planos de ordenamento dos sítios permitem, normalmente, limitar estes desvios de procedimento, mesmo que a sua aplicação não seja, por vezes, evidente devido aos altos interesses financeiros em jogo. As dificuldades encontradas para elaborar e colocar em funcionamento os programas de ordenamento dos sítios de Angkor (Cambodja) ou de

Petra (Jordânia), testemunham esta realidade.

A pressão turística, na medida em que cria oportunidades de receitas, tem conduzido, por vezes, as instituições culturais a desenvolver e reorientar algumas das suas actividades. Em França, a reunião dos museus nacionais (RMN), encarregue de gerir os museus do Estado, alcançou, em 1990, o estatuto comercial, o que lhe permite cobrar direitos de entrada, editar livros de arte e, sobretudo, comercializar objectos derivados. A RMN realiza um total de vendas na ordem dos 700 milhões de francos (20 milhões de contos). No Reino Unido, as receitas anexas (objectos derivados, venda por correspondência, restaurantes) do National Trust, gestor privado de mais de 500 edifícios históricos e sítios naturais, ultrapassa os 15 milhões de contos. Em Nova York, as vendas do Metropolitan Museum, aproximam-se dos 110 milhões de dólares (20 milhões de contos). Em muitos países, os poderes públicos organizaram-se para aumentar sensivelmente as intervenções do sector privado sob a forma de mecenato e de fundações.

### Produzir empregos e riqueza

Na maior parte dos casos, as instituições culturais e os operadores turísticos cooperam uns com os outros, nomeadamente, no quadro de protocolos de parceria (formação de pessoal, procedimentos de concertação, etc.). Mas a sua relação pode ainda ser conflituosa. Com o pretexto, aliás, absolutamente verdadeiro, de que o turis-



mo está na origem do essencial dos direitos de entrada e das receitas anexas, o Gabinete Nacional de Turismo Tunisino fez valer, recentemente, a sua legitimidade em

pretender gerir directamente os monumentos, museus e sítios nacionais. Foi necessário uma intervenção presidencial para confirmar que esta missão voltaria a estar sob a alçada das instituições culturais públicas.

Em matéria de investimentos, constata-se que, de uma forma geral, os fundos públicos ou privados con-



*“A pressão turística, na medida em que cria oportunidades de receitas, tem conduzido, por vezes, as instituições culturais a desenvolver e reorientar algumas das suas actividades”.*

sagrados à protecção do património (conservação e restauro) têm tendência a diminuir em detrimento dos fundos consagrados à valorização do património. Ora, estes últimos são cada vez mais frequentemente sujeitos a uma lógica de natureza económica: devem produzir empregos e riqueza.

Mais significativo: a atribuição de ajudas públicas a operações de protecção e de valorização deve ser justificada com uma finalidade “económica” clara, que se baseia, na maior parte das situações, em argumentos turísticos. É o caso dos programas da União Europeia baptizados de Leader II, Interreg ou Phare. Estes programas foram dotados de cerca de 1,9 mil milhões de dólares (360 milhões de contos) entre 1994 e 1999. A título de comparação, para o mesmo período, o





programa Rafael – o único da União Europeia especificamente destinada à salvaguarda e valorização dos bens culturais – foi dotado de apenas 38 milhões de dólares (7 milhões de contos).

Em conclusão, o turismo cultural manter-se-á como um factor potenciador de desenvolvimento para o património com a condição de preservar uma lógica cultural que sublinhe a sua independência face aos interesses económicos, sabendo contudo adaptar-se a estes. O que implica meios legais e regula-

■ ■  
*“Em matéria de investimentos, constata-se que, de uma forma geral, os fundos públicos ou privados consagrados à protecção do património (conservação e restauro) têm tendência a diminuir em detrimento dos fundos consagrados à valorização do património”.*

especificidades dos monumentos, sítios e museus que adquiriram um estatuto de objecto de consumo. Se a lei do mercado fosse aplicada livremente, corríamos o risco de assistir ao desenvolvimento de grandes superfícies de património, mediatizadas e standartizadas, convenientemente adaptadas à procura. E, quando o património autêntico se presta mal a este modo de valorização, nada impede que se crie cópias concebidas não para proteger o património mas sim para possibilitar uma melhor



■ ■  
*Em quinze anos, o turismo contribuiu pois, largamente, para a integração do património cultural no universo económico.*

mentares, a perenidade de alguns financiamentos públicos, uma avaliação mais realista dos constrangimentos e das vantagens da economia turística pelos responsáveis culturais. O que implica, igualmente, ter em linha de conta, de uma forma mais assertiva, as capacidades de gestão de que dispõe o sector privado comercial, na medida em que saiba ajustar as suas práticas às

rentabilidade do seu consumo. Esta hipótese está a ser estudada pelos promotores da nova estação litoral de Yasmine Hammamet (Tunísia): programaram a construção de uma falsa medina de 55 000 metros quadrados, que não colocará nenhum problema de acesso, de circulação, de gestão do comércio – problemas que caracterizam hoje as medinas... autênticas. ■

## O Turismo Cultural e a UNESCO



Permitir uma melhor cooperação entre todos os intervenientes no turismo é uma das grandes estratégias da UNESCO para estimular uma “sensibilidade para o cultural”, neste sector em forte crescimento.

No decorrer da década mundial para o desenvolvimento cultural (1988-1998), a UNESCO estabeleceu protocolos de colaboração com a Organização Mundial do Turismo (OMT), o Banco Mundial e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), bem como com empresas privadas, gestores de sítios e especialistas, com a finalidade de incentivar uma reflexão mais profunda sobre o impacto do turismo no património e nas culturas.

A UNESCO disponibiliza, assim, a sua experiência na gestão dos sítios do património mundial e apoia uma larga gama de projectos de turismo cultural.

A vocação última do turismo é instituir um diálogo mais rico entre as culturas, objectivo que sustenta vários projectos científicos internacionais, apoiados também, pela, UNESCO.

Pretende-se, pois, promover a investigação, encorajar a vigilância a todos os níveis, ajudar os Estados a elaborar estratégias de protecção do património cultural a longo prazo, dar aos visitantes meios para melhor compreender e fazer com que o turismo se desenvolva em harmonia com as populações locais e em seu benefício.



# O “mistério” da reabilitação em Portugal



Olhando “distraidamente” para a estatística da construção na Europa por segmento de actividade é patente uma grande discrepância entre o peso relativo do segmento de reabilitação habitacional em Portugal (4%) e a média dos países europeus (35%).

Estrutura da Produção em 1997 por Segmentos de Actividade

	Habitação Nova	Não Residencial Privado	Não Residencial Público	Obras de Engenharia	Reabilitação Manutenção
Austria	27.4	16.8	5.5	18.6	31.7
Bélgica	27.8	22.8	2.2	15.7	30.6
Dinamarca	14.5	12.7	4.1	29.8	38.9
Finlândia	20.4	18.0	4.5	24.6	32.4
França	21.0	10.6	4.4	20.7	43.3
Alemanha	35.8	16.8	2.6	17.0	27.8
Irlanda	32.1	20.3	5.0	16.6	26.1
Itália	18.7	12.8	2.8	19.9	45.9
Holanda	23.4	11.9	4.9	19.6	40.1
Noruega	13.4	15.2	8.4	25.1	38.0
Portugal	30.3	13.5	13.2	38.9	4.0
Espanha	32.2	13.2	1.7	29.8	23.1
Suécia	5.2	16.0	7.7	30.3	40.6
Suiça	30.9	9.4	4.3	31.7	23.8
Reino Unido	13.5	19.2	5.8	18.5	43.0
Total	25.2	15.1	4.0	20.9	34.9

Fonte: Euroconstruct

Em Portugal, o investimento em reabilitação per capita é seis vezes menor que em Espanha, cerca de catorze vezes inferior à média dos quinze países da União Europeia e está vinte sete vezes abaixo do investimento per capita da Noruega. O “subdesenvolvimento português em matéria de reabilitação” é o ponto de partida para “duas reflexões” e para uma “necessidade complementar”. Assim, nas linhas que se

seguem pretendemos, de uma forma necessariamente telegráfica, “reflectir em voz alta” sobre:

- Porque é que o peso da reabilitação é tão baixo em Portugal quando comparado com os restantes países da União Europeia? Porque é que somos tão “terceiro mundistas” em matéria de reabilitação?
- Será que, tendo em conta este tão grande afastamento em relação à Europa, é previsível uma rápida

<sup>1</sup> António Manzoni de Sequeira, economista, Director do Departamento de Economia da Associação Nacional de Empreiteiros de Obras Públicas (ANEOP) desde 1990, membro do Conselho Fiscal do CENFIC, membro da Comissão de Índices e Fórmulas de Empreitadas (CIFE) e da Comissão de Análise e Estudos da Conjuntura da Construção e Acompanhamento da Legislação (CAECCAL), comissões de apoio no âmbito do Conselho de Mercados de Obras Públicas e Particulares (CMOPP), do MEPAT. Membro do “Observatório da Indústria da Construção”, a funcionar no quadro do IAPMEI.

Autor de vários estudos económicos sobre o Sector da Construção e Obras Públicas.

### "Maturidade" dos mercados da construção e reabilitação em 1997

	VBPeM construção per capita	VBPeM construção por família	VBPeM reabilitação per capita	VBPeM reabilitação por família
Áustria	4.03	10.13	1.28	3.21
Bélgica	2.50	6.18	0.77	1.89
Dinamarca	3.20	7.07	1.24	2.75
Finlândia	2.19	5.07	0.71	1.65
França	1.65	4.09	0.72	1.77
Alemanha	2.43	5.33	0.68	1.48
Irlanda	2.80	8.90	0.73	2.32
Itália	1.71	4.78	0.78	2.19
Holanda	2.17	5.07	0.87	2.04
Noruega	3.55	8.74	1.35	3.32
Portugal	1.27	3.84	0.05	0.16
Suécia	2.28	5.21	0.93	2.12
Suíça	2.98	6.83	0.71	1.63
Reino Unido	1.48	3.57	0.63	1.53
Total	1.96	4.89	0.68	1.71

Fonte: Euroconstruct



os 4% apresentados inicialmente, como correspondendo ao peso dos trabalhos de reabilitação no total da construção em Portugal, estão longe de corresponder à realidade. De acordo com os "nossos cálculos"<sup>1</sup>, o valor dos trabalhos de reabilitação em habitação deverá rondar os 300 milhões de contos em 1998, aproximadamente 25% da produção do segmento habitacional e cerca de 12% do total da produção do sector, ou seja, uma percentagem três vezes superior à apurada directamente com base nas estatísticas das empresas.

expansão dos trabalhos de reparação em Portugal? A que ritmo se processará a convergência europeia nesta matéria?



A "necessidade complementar" resulta da "indispensabilidade" em aferir se os valores apresentados para Portugal não estarão subavaliados, se a grande diferença em relação à média europeia não advém, essencialmente, das debilidades do nosso aparelho estatístico?

#### A necessidade de efectuar uma correcção estatística

Em primeiro lugar, convém começar por esclarecer que há vários problemas metodológicos e estatísticos associados à quantificação do mercado de reabilitação. Desde logo, a informação que serve de

suporte ao cálculo da produção no segmento de reparação é recolhida, quase exclusivamente, com base na contabilidade das empresas de construção o que, *de per si*, diz muito sobre a qualidade dessas estatísticas. A metodologia de recolha de informação tem assim "assegurada à partida três tipos de enviezamentos":

- A exclusão de reparações do tipo "faça você mesmo";
- A não consideração das "actividades não declaradas", trabalhos executados por empresas mas que não dão origem à emissão de facturas ou, ainda, executadas com recurso a empresas "informais" alicerçada no "biscate" e (ou) no trabalho clandestino;
- O reduzido número de empresas especializadas nesta área que faz com que uma parte significativa das obras seja executada por empresas "generalistas", que não dispõem de meios para especificar do total da sua facturação a parcela correspondente a trabalhos de reabilitação.

Atendendo à metodologia de recolha de informação podemos admitir que o segmento da reabilitação e manutenção se encontra claramente subestimado. Assim, podemos afirmar convictamente que



Nestas condições, os "erros estatísticos" permitiriam justificar 8 pontos percentuais (p.p.) dos 31 apresentados inicialmente, ainda assim e apesar das ligeiras correcções, o problema de fundo permanece continuando a existir um grande fosso em relação à média europeia, superior a 23 pontos percentuais.

#### Causas estruturais para o défice de reabilitação

Em nossa opinião, há três grandes factores estruturais que ajudam a explicar este afastamento:

<sup>1</sup> Ver *Esboço de caracterização e avaliação do mercado de manutenção e de reabilitação em Portugal*, Lisboa, edição GECORPA, 1999.



1. A "crise da construção civil" entre 1946 e 1976. Em Portugal o ritmo "suave" de expansão da actividade de construção nas décadas de quarenta, cinquenta e sessenta origina, quarenta anos depois, uma "crise estrutural no mercado de reabilitação", não se construíram, então, os prédios que "naturalmente" deveriam ser recuperados nos dias de hoje. Por outras palavras, o "ciclo de vida do produto habitação" não gera, "no tempo certo e com a dimensão necessária", um grande mercado potencial de reabilitação;

2. O congelamento das rendas e o consequente bloqueio do mercado de arrendamento. Convém recordar que até finais dos anos setenta a expansão urbana em Portugal foi alicerçada em "casas para arrendar", os portugueses urbanos eram, então, em larga maioria inquilinos.



caracterizado por elevadas taxas de inflação, originou "senhorios pobres e inquilinos ricos". Por outro lado, o bloqueio do funcionamento do mercado de arrendamento implicou a ausência de investimento em renovação e manutenção e, em consequência, a degradação acelerada do parque edificado;

3. Por fim, importa perceber que o surto da construção nova nos últimos dez anos tem funcionado, em larga medida, como obstáculo à expansão dos trabalhos de reabilitação. Porque, como se sabe e em regra geral, existe um "trade-off" entre construção nova e reabilitação, ou seja, mais investimento em reabilitação implica menos procura de habitação nova e vice-versa.

#### Perspectivas de crescimento da reabilitação a curto e médio prazo

Pela conjugação dos três factores apresentados anteriormente não nos parece que o investimento em manutenção possa crescer exponencialmente nos próximos anos de forma a alcançarmos, rapidamente, uma segmentação da produção na construção idêntica à dos nossos parceiros europeus.

Enquanto não se romper o bloqueio do mercado de arrendamento, que não se muda por decreto, os actuais senhorios e os empresários, em geral, não vão dispor dos meios nem da vontade necessária para investir na recuperação do património; os inquilinos, por seu lado, apesar de disporem de muitos direitos adquiridos, não detêm a propriedade plena da habitação e, por conseguinte, também não estarão dispostos a investir na reabilitação na casa em que habitam.

Para além das pequenas reparações

pontuais que constituem actualmente o grosso do mercado de reabilitação, os escassos investimentos estruturados em matéria de reabilitação do parque edificado ocupado em regime de aluguer estão, em larga medida, dependentes dos incentivos e dos apoios do Estado que são necessariamente poucos e escassos. De referir que, entre 1992 e o final de 1997, o RECREIA apenas permitiu a recuperação de 16 319 fogos, representando um investimento de 44.4 milhões de contos.

Na ausência de um mercado efectivo de reabilitação acentua-se um **mercado de reabilitação potencial**, em função do estado de degradação do parque habitacional, que de acordo com alguns "especialistas" poderá representar cerca de 14% da volumetria global edificada, qualquer coisa como 57 milhões de metros quadrados. Em valor os trabalhos necessários de reabilitação deverão situar-se entre os 4.5 e os 5.8 mil milhões de contos, um pouco menos de um terço do PIB português em 1998.

Não obstante a identificação de alguns entraves à expansão acelerada do segmento de reabilitação, as nossas previsões apontam para um crescimento nas actividades de reparação em 1999 e nos primeiros anos do próximo milénio entre os 4% e os 5% ano, pela acção conjugada de



quatro grandes tendências:

- a) A redução da taxa de expansão da construção nova para fins residenciais, resultante de um acréscimo muito significativo dos preços de venda da habitação;
- b) A expansão da segunda habita-



A intervenção administrativa do Estado do lado da oferta, através do congelamento das rendas, bloqueou o funcionamento do mercado de arrendamento e, nos anos oitenta e noventa, excluiu do mercado de reabilitação os "escassos" edifícios construídos nos "trinta anos negros da construção" referidos no ponto anterior. Na prática, o congelamento das rendas traduziu-se numa transmissão parcial dos direitos de propriedade dos senhorios para os inquilinos e, num período



ção que, num número significativo de casos, corresponde à reabilitação de fogos existentes;

c) A dimensão quantitativa do parque degradado a exigir uma intervenção de urgência;

d) As políticas públicas de apoio à reabilitação. De referir a propósito que as Grandes Opções do Plano (GOP's) consagram que "a reabilitação do parque habitacional deverá, assim, no ano de 1999, ser considerada como um novo eixo prioritário de intervenção no sector da construção". ■

**Taxas de crescimento do Valor Bruto da Produção no sector**

	1995	1996	1997	1998	1999
Austria	1,4	4,8	2,5	3,0	4,6
Bélgica	2,1	-1,2	4,1	4,0	4,5
Dinamarca	3,3	1,6	0,1	1,8	1,9
Finlândia	10,0	7,0	10,0	6,0	5,0
França	0,3	-1,4	0,5	2,2	1,9
Alemanha	6,0	-0,3	0,0	0,9	0,3
Irlanda	9,7	20,5	0,2	2,5	2,5
Itália	2,9	1,9	1,8	3,9	6,0
Holanda	1,2	2,2	2,1	2,5	2,5
Noruega	-3,8	7,0	7,3	3,8	-0,4
Portugal	6,5	3,6	3,4	5,7	4,8
Espanha	5,7	6,7	6,4	6,5	5,0
Suécia	-3,7	3,6	-3,4	3,0	2,0
Suíça	-7,5	-0,7	-2,6	2,1	2,8
Reino Unido	2,4	3,1	1,2	3,3	3,5
Total	1,3	1,6	1,3	2,8	2,9

Fonte: Euroconstruct

## Valor económico do património arquitectónico no Workshop de Dahlem

O Workshop de Dahlem, Berlim, de Março de 1996 teve por tema "A Salvaguarda do Património Arquitectónico – Conservação das Construções Históricas de Pedra". Do relatório final constam duas interessantes comunicações sobre a questão do valor económico do património arquitectónico, uma da autoria de Mohr e Schmidt, da Universidade de St. Gallen, Suíça, e outra da autoria de Snickars, do Real Instituto de Tecnologia, de Estocolmo, Suécia.

Ambas as comunicações sublinham o paralelo existente entre o

património cultural e o património natural, em vários aspectos, incluindo, no caso, a metodologia de avaliação.

O trabalho de Mohr e Schmidt propõe, neste sentido, a avaliação *não uso*, ou seja, dos valores não associados ao uso, tal como já se faz na área do ambiente. Exemplos: a) a simples existência da Hagia Sofia ou do Kremlin cria valores mesmo para quem nunca os chega a visitar; b) a necessidade de preservar conjuntos históricos para benefício das futuras gerações; c) a necessidade de conservar objectos hoje considerados menos importantes, deixando aos vindouros a opção de os virem a apreciar, são valores não uso, tal como acontece, na área do ambiente, ao Grand Canyon, ao elefante da floresta ou à biodiversidade.

Aos valores não uso deverão somar-se os valores associados às actividades de consumo, como o turismo. Mohr e Schmidt propõem, em seguida, a análise custo-benefício como metodologia de suporte da decisão e sistematizam vários métodos, directos e indirectos, de medição dos valores não uso. Concluem que os instrumentos de análise existentes precisam ainda de ser aperfeiçoados, sendo vasto o número de questões em aberto.

O trabalho de Snickars surge no contexto do re-equacionamento da

política de salvaguarda do património cultural na Suécia, e retoma, numa primeira abordagem teórica, os ensinamentos da área do ambiente, confrontando, umas com as outras, três perspectivas: Gestão imobiliária, planeamento das infraestruturas e economia ambiental.

Numa abordagem empírica, é apresentado o sistema sueco de planeamento da conservação do património cultural. A ênfase é posta na cooperação entre sector público e sector privado e na negociação, como forma de promover a convergência entre os respectivos interesses.

Segundo Snickars, mais do que preservar o património cultural, trata-se de contribuir para a criação e desenvolvimento de um *ambiente cultural* (em paralelo com o *ambiente natural*), que suporte e viabilize o sistema sócio-económico.

Mohr, E. and Schmidt, J. – *Aspects of economic valuation of cultural heritage. Saving our architectural heritage: The conservation of historic stone structures*. 1997, John Wiley & Sons Ltd.

Snickars, F. – *How to assess and assert the value of cultural heritage in planning negotiations*, *idem*.

V. Cóias e Silva



## Desmentido ao artigo

# "Havia uma casa setecentista no Quarteirão do Largo do Colégio"



Rui Ramos Loza<sup>1</sup>  
Arquitecto

### 1 - Introdução

O artigo publicado no nº 1 da Revista "Pedra e Cal" da autoria do Sr. Arquitecto Jorge Lira, intitulado "Havia uma casa setecentista no quarteirão do Largo do Colégio" poderá ter lançado confusão e descrédito na mente de quem se interessa pela reabilitação urbana no Porto, e, por isso se justifica este desmentido. Se o não fizessemos correríamos o risco de deixar enganados os leitores, com prejuízo evidente para a cidade do Porto e para as instituições que aqui trabalham na reabilitação física e social.

Poderia ainda parecer desnecessário o desmentido público e formal, se se tratasse de uma opinião pessoal e isolada do autor do artigo. Sucedem que não. Este artigo exprime, como a ponta de um iceberg, aquilo que outros também dizem, numa campanha de descredibilização, a qual, sobretudo junto de pessoas menos informadas, poderá ter os seus efeitos nefastos.

Para a preparação desta resposta contei com a participação escrita do consultor de arquitectura do CRUAR, Sr. Arquitecto João Campos e do Sr. Engº António Borges, técnico deste serviço que dirigiu a

execução do Projecto Piloto Urbano da Sé, onde se insere o edifício que foi objecto do artigo.

### 2 - Um conjunto de afirmações falsas

Quanto à análise objectiva do texto do Sr. Arq. Jorge Lira importa referir, antes de mais, um conjunto de afirmações falsas, cujo desmentido se comprova pelas fotografias que agora apresentamos.

O autor afirma:

"... e um alpendre que foi alongado..."

Esta afirmação é falsa, pois o alpendre tem as mesmas dimensões e a mesma forma que tinha antes das obras.

"... ao qual foi acrescentado um novo pilar..."

Esta afirmação também é falsa. Já havia pilar!

O que acontece é que o elemento anteriormente existente era um disforme pilar de botão, assente num disforme maciço de baixa qualidade construtiva. Não foi acrescentado qualquer pilar, sendo a opção projectual (pilar metálico) respeitável entre tantas outras.

"... as escadas antigas, realinhadas..."

<sup>1</sup> Rui Ramos Loza, Licenciado em arquitectura na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa em 1978. De 1981 a 1991 na Comissão de Coordenação da Região do Norte, trabalhos na área do planeamento e desenvolvimento regional.

A partir do ano lectivo de 1985/86, actividade docente como assistente de disciplinas do curso de arquitectura da Escola Superior Artística do Porto, nomeadamente: Estruturas Urbanas I e II, História da Arquitectura e Urbanismo, Arquitectura IV e Desenho Urbano I.

Docente na Universidade de Aveiro desde o ano lectivo de 1987/88 no Departamento de Ambiente, como assistente convidado do Curso de Planeamento Regional e Urbano.

Desde Outubro de 1991 Director do CRUAR, Projecto Municipal para a Renovação Urbana do Centro Histórico do Porto.

Autor de diversos capítulos e coordenador da edição do livro PORTO A PATRIMÓNIO MUNDIAL, que contém o processo de candidatura do centro Histórico do Porto para classificação pela UNESCO como património cultural da humanidade (1992/93), que teve como resultado a inclusão do C.H. do Porto na lista do património mundial em Dezembro de 1996, na cidade de Mérida, no México.

- Autor de diversos capítulos e coordenador da edição do livro PORTO, PATRIMÓNIO MUNDIAL, que contém elementos solicitados pela peritagem do ICOMOS durante a apreciação do processo de candidatura do Porto à UNESCO, publicado em 1998.



Estes elementos encontram-se intocados, tendo sido, única e exclusivamente, limpos, pelo que também é falsa esta afirmação.

"... novas caixilharias..."

O edifício em causa possuía caixilharias de alumínio ou restos arruinados de algumas caixilharias de madeira de fraca qualidade e o emparedamento total ou parcial de alguns vãos, muito deteriorados, sem contexto nem dignidade e que reflectiam o grau de adulteração a que o edifício esteve sujeito.

É óbvio que as caixilharias teriam sempre de ser novas!

"... Na cobertura sente-se a ausência dos levasseados característicos da construção de madeira..."

Os levasseados existem, principalmente quando se instalam certas patologias em antigas edificações. Na documentação fotográfica em anexo verifica-se que nesta casa, não existiam!

"... com novas guardas de varanda..."

É óbvio que as guardas de varanda teriam de ser novas, pois as antigas já há muito tinham desaparecido!

"... novos rebocos de cimento, sobre alvenaria de granito, que já estão salitradas e com tinta plástica a ameaçar descascar..."

É falso!

Não existem, na envolvente exterior, quaisquer vestígios de salitre.

"... esta casa havia assimilado, em alguma altura da sua longa história, o processo construtivo em taipa de fasquio, com que eram construídos grande parte dos paramentos verticais interiores e parte significativa das paredes exteriores do primeiro piso..."

A casa, de três pisos, é, no seu exterior, predominantemente constituída por alvenarias e cantarias de granito. Todo o seu exterior no 1º, 2º e 3º pisos é em granito, com a excepção de uma parte da empena virada às Aldas, onde apenas 10% da envolvente era em taipa, muito deteriorada e alterada em função da sua exposição ao longo dos anos e num estado irrecuperável. As divisórias interiores eram realizadas em tabique e não em taipa.

Demonstra-se, assim, que o processo construtivo dominante não é o expresso no artigo.

"... e desmontaram os forros interiores que davam suporte aos tectos, alguns, em masseira..."

Está-se perante uma intervenção quando se fala em tectos em masseira.

Não encontramos, nem fomos alguma vez informados por outros técnicos que também acompanharam o desenrolar dos trabalhos, de quaisquer dos vestígios referidos.

"... Cobertura em telha, desde há anos em telha marselha, mas com vestígios de anteriores beirais..."

Não encontramos, nem fomos alguma vez informados por outros técnicos que também acompanharam o desenrolar dos trabalhos, de quaisquer dos vestígios referidos e seria interessante proceder à prova desta afirmação por quem peremptoriamente a exprime e, ainda para mais, reconhece que nunca entrou no espaço em causa!

Apenas se pode inferir da existência de beirais pela presença das cornijas em cantaria de granito as quais foram integralmente recuperadas.

Além de afirmações completamente falsas, o artigo contém ainda um conjunto de afirmações incorrectas que apenas servem para confundir: "... de rés-do-chão outrora destinado a funções diversas e adequadas à salubridade precária desse compartimento directamente assente sobre o afloramento granítico, e piso de habitação, em pavimento elevado..."

Com esta descrição está-se perante uma amputação de um piso à "Casa Setecentista". O artigo atribui-lhe apenas dois quando, de facto, tem três.

"... Na sua relação absolutamente orgânica com o terreno e na sua utilização da rocha como parte integrante das paredes..."

Trata-se de uma mera idealização! O que se observa é uma implantação mediante desbaste de rocha e aterros, solução absolutamente generalizada em quase todo o Centro Histórico do Porto.

"... Sendo evidente a semelhança desta Casa Setecentista com outras tantas, que encontrávamos em Vilarinho das Furnas, que podemos encontrar em Pitões das Júnias, que subsistem no Lindoso e no Soajo, e



mesmo, na área mais remota do Planalto Mirandês...”.

Verifica-se a inconsistência e a amálgama na referência a regiões diversas que, como todos sabem, possuem arquitecturas vernaculares distintas.

Veja-se ainda:

“... Mas entre o furor reconstrutivo e a eficiência da operação, foram englobados edifícios de diversa ordem, origem e valor patrimonial, sem que as suas características intrínsecas e valores fundamentais fossem diferenciados...”.

Esta afirmação não se circunscreve à “Casa Setecentista”, mas questiona a direcção estratégica da operação municipal no Quarteirão do Largo do Colégio, na elaboração do programa e de todas as deliberações e decisões até à sua finalização, o que remete a argumentação para um plano geral, metodológico.

### 3 - Algumas questões metodológicas

Na área de actuação do CRUARB verificam-se, ao longo dos últimos 25 anos, propostas, e obras, tituladas por projectos de autoria de dezenas de arquitectos, das mais diferentes sensibilidades e com diferenciadas posturas face à adequação dos princípios para uma correcta intervenção em ambiente urbano, histórica e culturalmente relevante.

A liberdade de actuação dos projectistas, enquanto profissionais licenciados, é um esteio dos princípios a defender, em conjugação com a outorga da sua missão.

A conclusão que mais interessa ao artigo em apreço é a afirmação de que a intervenção na chamada Casa Setecentista “reflecte a transformação parcial de uma cidade em cenário daquilo que foi, com uma profunda perda patrimonial nesse processo: a perda da autenticidade, e com ela, da identidade própria” (...) “O que está em causa é, somente e apenas, a metodologia com que a mesma foi realizada” (Pedra & Cal N° 1, 1999, pág. 23).

A chamada Casa Setecentista, não passava de uma construção insalubre e arruinada, ombreando com todo um tecido urbano que esperava uma profunda reabilitação,

carecendo de uma intervenção que preservasse autenticidade num cenário evolutivo e compatível com a dignidade da vida de hoje.

No Centro Histórico do Porto, estamos perante uma cidade viva, plena de actividade, com milhares de habitantes, e não num local fósil, que encerra uma problemática radicalmente diferente, exigindo,

Igreja dos Grilos, entre muitos outros exemplos produzidos pelo CRUARB ou pela FDZHP.

Mas quando temos como pré-existência um edifício muito degradado, cujo programa, por variadas razões, tem de ser habitacional, somos obrigados a adoptar uma metodologia, menos conservadora, que permita compatibilizar o pas-



por isso, respostas metodológicas radicalmente diferentes.

Muita mistificação se continua a fazer em relação ao Porto a propósito do restauro, como se este fosse o oposto da reabilitação urbana em curso, mas deve dizer-se que, aqui se têm feito, sempre que possível e adequado, importantes operações de restauro. Veja-se o Centro de Artes Tradicionais, o mercado Ferreira Borges, casa torre da Rua de Baixo, outras casas em Miragaia, a

sado do edifício com as necessidades e os meios actuais. É assim que fazemos reabilitação de áreas urbanas vivas e não de “cidade/museu”. Vem a propósito sublinhar que estamos, de facto, em presença de duas linhas metodológicas, uma alicerçada no bom senso, na experiência, e na reflexão cuidada de cada caso, e outra baseada numa cartilha académica, fundamentalista e perniciosa, recheada de muitas verdades, com toda a propagan-



da, mas inquinada por mentiras e meias verdades, como o exemplo deste artigo prova à saciedade.

O CRUARB cumpriu o programa de aquisições, fez o levantamento social das famílias e promoveu o seu realojamento, disponibilizando os seis prédios do quarteirão para a intervenção de reabilitação urbana, de forma que todo o quarteirão pudesse ser integrado num só projecto e numa só empreitada, procurando assim conseguir uma escala de intervenção que produzisse um impacto forte e positivo no Largo do Colégio, o que está a acontecer.

Foi definido o programa em função das características dos edifícios, da sua localização e das necessidades do bairro, com habitações, um equipamento polivalente e um café, este, aproveitando um terreno onde terá havido uma casa, já há muito demolida.

Com a aprovação, pela União Europeia, do Projecto Piloto Urbano da Sé, era imperioso que todos os projectos fossem rapidamente elaborados e as obras iniciadas e concluídas de forma a não pôr em causa o financiamento avultado que o Porto tinha ganho, e que poderia ser perdido se o projecto se desvirtuasse nos seus propósitos ou no calendário.

Assim, foi decidido pela Câmara que os projectos em falta seriam realizados por encomenda directa a gabinetes de arquitectura exteriores. O quarteirão do Largo do Colégio foi entregue à equipa do Sr. Arq. Sérgio Seca.

O projecto foi apreciado no CRUARB com a participação do consultor de arquitectura de então, Sr. Arq. Alcino Soutinho e foram recomendadas ao autor as correcções necessárias e justificadas, que foram atendidas, merecendo por isso aprovação na sua versão final.

#### 4 - Conclusão

Estamos perante uma obra da Câmara Municipal do Porto, preparada e gerida pelo CRUARB, projectada por um arquitecto com qualificação para tal.

Poderá questionar-se, ainda assim, se a obra está perfeita, ou se o conceito que a determinou é consen-

sual.

Obviamente que não!

Importante seria que as críticas às imperfeições fossem:

Feitas no local próprio, fraternas, rigorosas, verdadeiras, consequentes.

Assim poderia entender-se que essas críticas se destinavam a ajudar a corrigir os erros, valorizando os 99,9% do meritório trabalho realizado por muitos intervenientes, no CRUARB, no PPUBS, e na equipa projectista, quantas vezes em esforço e com uma dedicação que só se explica pela satisfação de ver salvar da ruína este património físico e humano.

Com a crítica lançada numa revista que será provavelmente um veículo de difusão muito dirigido ao meio técnico, académico e político da reabilitação urbana, de forma não rigorosa, nem verdadeira, num contexto em que muitas personalidades tentam provar, por todos os meios, que o que o Porto faz está cheio de erros (ou é tudo um erro!), este artigo nada ajudou no sentido de fazer avançar a operação do Porto, quer nos seus aspectos qualitativos quer na sua imagem pública. ■

*Este desmentido é o excerto de um texto mais desenvolvido, que não pode ser publicado por questões editoriais, em consequência da sua extensão. O texto integral pode ser solicitado por quem o pretender para CRUARB, Rua da Alfândega n.º 8, 4000 Porto.*



# Encontro sobre "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação"

No documento de trabalho elaborado para este Encontro pode ler-se:

*De entre as várias profissões chamadas a dar o seu contributo na reabilitação das construções antigas e na conservação do património arquitectónico sobressaem os arquitectos e os engenheiros civis. Os arquitectos porque é a eles que compete conceber e planear as grandes linhas que devem orientar as intervenções; os engenheiros civis, porque são eles que se encarregam de viabilizar essas intervenções ao nível das estruturas e das instalações e são eles, também, que dirigem os estaleiros e as obras. No entanto, a formação destes técnicos tem sido direccionada, sobretudo, para a construção nova, não tendo a reabilitação e a conservação, nos respectivos currícula, peso proporcional àquele que esse segmento de actividade já hoje tem no conjunto do sector da construção civil e obras públicas. Mantendo-se as actuais estruturas curriculares, este desajustamento tenderá a agravar-se num futuro próximo.*

Durante o Encontro, subordinado à temática "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e Conservação", que teve lugar no Edifício da Alfândega, no Porto, no passado dia 2 de Julho, o GECORPA celebrou com a Ordem dos Engenheiros um protocolo que proporcionará estágios nas empresas suas associadas, a jovens engenheiros em início de actividade profissional. (cf. notícia da pág 43).

A Presidente do Conselho Directivo da Ordem dos Arquitectos, mostrou igualmente interesse em celebrar, em breve, idêntico protocolo com o GECORPA. Olga Quintanilha sublinhou, na sua intervenção que "a maior parte da formação ministrada em Portugal continua a dirigir-se, de modo quase exclusivo, para a prática do projecto novo, pouco integrando as implicações teóricas e metodológicas para a conservação e restauro. A situação



portuguesa é substancialmente diferente da de outros países europeus, como por exemplo a Itália, onde a teoria da conservação e restauro assume uma importância substancial nos currícula dos cursos e na formação de todos os novos arquitectos. Esta situação portuguesa é muito paradoxal, pois trata-se de uma das poucas áreas que a legislação estabelece como de actuação obrigatória do arquitecto na prática profissional".

Vítor Cóias e Silva referiu que "em muitos países desenvolvidos os empregadores lamentam que os recém chegados à vida activa, embora dotados de um excelente nível de conhecimentos na sua especialidade, estejam mal preparados para as realidades do terreno, tenham falta de cultura geral, de criatividade e de flexibilidade. O sistema educativo está desarticulado da realidade do mercado de trabalho, porque nem avalia as necessidades sentidas pelos empregadores, nem prevê as competências a desenvolver aos estudantes antes de proceder à aprovação dos conteúdos dos cursos". Do Encontro, concluiu-se a neces-

sidade urgente de uma modificação na estrutura dos cursos de engenharia e de arquitectura. "Talvez seja necessária uma componente maior a nível da história dos materiais, da história da tecnologia e da história da construção", referiu o Presidente do GECORPA. "Deve dar-se mais peso à construção antiga, e não só à construção nova. Já existe construção suficiente, até de sobra, e espero chegarmos, em breve, ao ponto em que as pessoas se consciencializem que já não é preciso construir mais, mas sim aproveitar toda a massa construída, recuperá-la em termos de conforto, de habitabilidade e de segurança. Isso obriga a uma componente maior em termos da história, do conhecimento das antigas tecnologias, dos antigos materiais. Os cursos, sem deixarem de ser generalistas e abrangentes, devem incorporar mais material dessa área antiga. O que também pode acontecer é, na parte final dos cursos ou numa formação complementar, haver uma maior especialização. O estágio profissional é também uma peça fundamental neste processo".

O Secretário de Estado do Ensino Superior, Alfredo Jorge Silva, defendeu que *"as universidades e institutos politécnicos podem ter um importante papel na própria execução e solução de problemas que se colocam ao nível do restauro e da conservação do património arquitectónico. Mas devem ter uma humildade universitária, no sentido da complementaridade com o sistema produtivo e empresarial envolvente, naquilo que podem ser parcerias inteligentes, quer a nível da investigação, quer a nível do desenvolvimento experimental, para a procura de novos materiais, novas metodologias, novos tipos de intervenção e naturalmente na prestação de alguns serviços qualificados"*.

A Cidade Invicta foi o local escolhido para a realização deste Encontro devido à recente classificação do seu Centro Histórico como Património Mundial pela UNESCO e aos esforços em curso com vista à sua valorização. De entre as muitas razões apontadas pelo GECORPA para a oportunidade deste Encontro, destacou-se a crescente importância atribuída aos trabalhos de reabilitação das construções existentes, em detrimento da execução de construções novas.

O Encontro "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação" contou ainda com importantes intervenções de Giorgio Croci, da Universidade de Roma; Daniela Lamberini, da Universidade de Florença; Walter Rossa, do ICOMOS Portugal; Lino Tavares Dias, do IPPAR Porto; José Marques da Costa, da DGEMN Porto; Aníbal Costa, da Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto; Carlos Guimarães, da Faculdade de Arquitectura da Universidade do Porto; José António Rocha de Almeida, da Associação Portuguesa de Projectistas e Consultores; Vítor Dias, do CENFIC e Rui Loza, do CRUARB - Projecto Municipal para a Renovação do Centro Histórico do Porto. No fim do Encontro alguns dos participantes aproveitaram a visita guiada pelo Arq.º Humberto Vieira, um dos projectistas responsáveis pela intervenção de reabilitação e renovação em curso no nobre edifício oitocentista.

As intervenções de reabilitação de construções existentes e de conservação do património arquitectónico envolvem uma elevada especificidade, e uma complexidade bastante maior do que a construção corrente, exigindo uma muito maior minúcia e rigor, quer de planeamento, quer de projecto, quer de execução. Nelas se recorre, frequentemente, a técnicas e materiais que diferem dos que são normalmente utilizados na construção.

Por outro lado, a regulamentação e a legislação aplicável ao projectos e às obras de construção nova não se adaptam aos projectos e às obras de reabilitação e de conservação. Todavia, a especificidade desta área e a grande diversidade de situações não permite a elaboração de regulamentos suficientemente precisos e abrangentes.

Dado ao actual enfeudamento ao "betão armado" as intervenções tornam-se, frequentemente, demasiado pesadas, intrusivas e atentatórias da originalidade dos velhos edifícios e monumentos, para além da sua eficácia ser, muitas vezes, duvidosa.

Nestas condições, o exercício da actividade profissional na área da reabilitação e da conservação deverá ser reservado a técnicos para tal especificamente qualificados. Este princípio aplica-se à elaboração dos projectos, quer de arquitectura, quer de estrutura, à direcção das obras, à prestação de serviços de consultoria e fiscalização, e ao exercício de funções de supervisão, planeamento ou outras afins.

A universidade continua a ter um papel fundamental na qualificação dos futuros profissionais de arquitectura e de engenharia civil desta área, devendo conferir-lhes uma sólida formação de base. A actual formação dos engenheiros de estruturas é demasiado centrada na análise estrutural. A formação de arquitectos e engenheiros civis para esta área deverá ser mais generalista e diversificada, valorizando, em termos de conteúdo, as técnicas e materiais tradicionais, a intervenção em construções existentes e, em termos metodológicos, o contacto com a obra, a multidisciplinaridade, o trabalho em equipa, a criatividade, a comunicação e o acesso a fontes de informação externas, devendo o formando assumir um papel activo.

Esta formação de base deverá ser completada através de uma especialização no domínio em apreço, devi-

## Encontro sobre "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação"

### Conclusões



damente estruturada e regulamentada. Tal especialização deverá incluir estágios em obra de duração suficiente e devidamente planeados e acompanhados.

O conceito de formação contínua (ou recorrente) adapta-se bem à especificidade e à constante evolução da área em apreço. Esta formação contínua não é exclusiva da universidade, podendo ser cometida a outras instituições detentoras do saber nesta área, como associações ou empresas, para tal acreditadas.

As Ordens dos Arquitectos e dos Engenheiros poderão ter um papel importante na qualificação dos respectivos profissionais que queiram exercer actividade na área em apreço, através do sistema de especialidades.

Para tal, deverá ser criada uma especialidade de reabilitação e conservação, que deverá obedecer aos seguintes princípios:

- Avaliação objectiva da experiência profissional individual
- Esquema de equivalência entre qualificação académica e experiência profissional
- Acessibilidade diversificada: por currículo ou por exame
- Renovação periódica
- Obrigatoriedade (através de protocolos com as entidades tutelares do P.A., com as autarquias, e mediante a publicação de legislação apropriada).



# Pedra & Cal

"Pedra & Cal" ao abrigo da Lei do Mecenato

A revista "Pedra & Cal" obteve recentemente, por despacho do Ministério da Cultura, o estatuto de publicação de manifesto interesse cultural, ao abrigo da Lei do Mecenato.

As entidades patrocinadoras da revista têm agora a satisfação reforçada de associar o seu nome a uma actividade cultural de reconhecida qualidade e de relevante interesse para a sociedade com o retorno resultante de tal associação, em termos de imagem e prestígio.

Acrescem os benefícios fiscais previstos no Estatuto de Mecenato aprovado pelo Dec-Lei n.º 74/99 de 16 de Março e cujo regime legal está em vigor desde 1 de Janeiro de 1999.

Assim, as entidades públicas ou privadas patrocinadoras desta publicação, cuja actividade consista predominantemente na realização de iniciativas culturais, têm a possibilidade de apresentar, em sede de Imposto, como custos ou perdas do exercício, até ao limite de 5 por mil do volume das vendas e dos serviços prestados, dos donativos concedidos, majorados em 20%.

No caso de donativos atribuídos ao abrigo de contratos plurianuais celebrados para fins específicos, onde se fixem os objectivos a prosseguir pelas entidades beneficiárias e os montantes a atribuir pelos mecenas, a majoração passa para 30%.

No caso de pessoas singulares, poderão deduzir à colecta, dos donativos concedidos e majorados nos termos do regime aplicável às pessoas colectivas, com valor correspondente a 25%.

A Direcção da "Pedra & Cal" convida assim todos os interessados pela salvaguarda do Património Cultural e Natural do nosso país, a associarem-se a esta iniciativa enobrecedora.

Para mais informações contactar [info@gecorpa.pt](mailto:info@gecorpa.pt) ou [sgdirpmc@mail.telepac.pt](mailto:sgdirpmc@mail.telepac.pt) (Divisão de Informação e Relações Públicas do Ministério da Cultura).



GECORPA assina protocolo com Ordem dos Engenheiros

O GECORPA e a Ordem dos Engenheiros firmaram um protocolo de cooperação, por forma a aproveitarem reciprocamente as condições, conhecimentos e relações de que cada uma das partes dispõe, com vista a uma melhor prossecução dos respectivos objectivos e, em geral, contribuírem para uma melhoria das intervenções de conservação e restauro no sector do Património Arquitectónico e Construções Antigas (PA&CA).

Neste protocolo, o GECORPA compromete-se a obter junto das empresas suas associadas facilidades para a realização de estágios de jovens engenheiros civis, com vista à especialização na área da reabilitação de CA e da conservação e restauro do PA. Os contactos entretanto estabelecidos pelo GECORPA indiciam a possibilidade de concretização deste objectivo, tendo em conta a disponibilidade manifestada pelas empresas suas associadas.

As duas entidades acordaram também colaborar na organização de encontros, seminários, exposições e eventos diversos, cabendo ao GECORPA disponibilizar os seus órgãos permanentes e mobilizar os técnicos das empresas associadas para participação activa nesses encontros; prevê-se, igualmente, edições de publicações especializadas na área das CA e da conservação e restauro do PA.

Por seu lado, a Ordem dos Engenheiros compromete-se, entre outros tópicos, a colaborar, na qualidade de membro do júri, na promoção e divulgação do Prémio Nacional de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico instituído pelo GECORPA.

Este protocolo, firmado durante o encontro sobre "Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e a Conservação", que teve lugar no Porto no passado dia 2 de Julho, é válido por um período de dois anos, sendo a sua renovação automática.

Na ocasião, a Ordem dos Arquitectos manifestou igualmente interesse em assinar um protocolo idêntico com o GECORPA.



# Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

O GECORPA prepara o lançamento oficial para Setembro próximo do Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico.

A constituição do júri do Prémio está já definida, contando com a participação da Ordem dos Arquitectos, da Ordem dos Engenheiros e do ICOMOS Portugal, bem como, pelo seu reconhecido curriculum profissional na área da conservação do património arquitectónico, com a do Prof. Doutor Vitor Serrão e com a do Arq.º Vasco Massapina.

O Prémio terá igualmente uma Comissão de Honra constituída por entidades e individualidades da área, estando desde já assegurada a participação do Ministério da Cultura, entidade que, desde o início, encarou com entusiasmo este

projecto. Aguarda-se, presentemente, a resposta de convite idêntico endereçado ao Ministério do Planeamento, do Equipamento e da Administração do Território.

A Presidência da República ficou, igualmente, de decidir sobre o Alto Patrocínio a conceder a este evento, reconhecendo desde o início a inegável importância deste assunto para o país e o valor que um tal Prémio pode ter como estímulo às empresas desta área.

O Prémio, com periodicidade bienal e cuja primeira edição ocorrerá já no ano 2000, destina-se a galardoar as empresas portuguesas que mais se distinguirem nas intervenções que visem a salvaguarda dos monumentos e edifícios históricos e a sua transmissão, nas melhores condições, às futuras gerações.

Os concorrentes deverão ser empresas com sede ou que exerçam actividade em Portugal na área da conservação e restauro do património arquitectónico. As obras apresentadas a concurso devem ter-se pautado pelos princípios metodológicos elementares de intervenção, nos moldes preconizados na Carta de Veneza.

O Prémio será constituído por uma placa comemorativa e uma importância em dinheiro, e a sua atribuição será amplamente divulgada nos meios de comunicação social e junto dos agentes económicos ligados ao sector da conservação e restauro de património arquitectónico, com menção da empresa galardoada, do projectista e do dono da obra.

Mais informações sobre o Regulamento do Prémio poderão ser obtidas junto do GECORPA.

**GECORPA  
recebido  
pelo  
Secretário  
de Estado  
das Obras  
Públicas**



Em 29 de Julho último, o Secretário de Estado das Obras Públicas, Eng.º. Maranhã das Neves, recebeu o presidente e a assessora da direcção do GECORPA. O motivo principal foi o lançamento do "Prémio GECORPA de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico" e a participação do MEPAT nesta iniciativa.

O governante ficou de dar seguimento à solicitação do GECORPA e confirmou a sua presença no Seminário "Estruturas de Madeira: Reabilitação e Inovação", a realizar em 24 e 25 de Setembro de 99, e no qual será feito o lançamento do referido Prémio.

Entre outras questões abordadas, o presidente do GECORPA sublinhou a necessidade da reabilitação das construções existentes, em geral, e da conservação do património arquitectónico, em particular, constituírem um sector bem diferenciado do "mainstream" da construção civil e obras públicas.



Gerard Morenbout. Livre d'Heures "Spinola", "Construction de la Tour de Babel" (Ms. Ludwig IX-18), Malibu, The J. Paul Getty Museum in *Quand Les Cathédrales Étaient Peintes*, Alain Erlande-Bradenbourg, Ed. Gallimard, 1993



Council of Europe  
Conseil de l'Europe



## Conselho da Europa - Atelier de Lisboa

Com o propósito de analisarem os diversos projectos de Reabilitação Urbana a decorrer em alguns dos países membros da UE, os peritos do Conselho da Europa reuniram-se, nos dias 17, 18 e 19 de Junho num atelier de trabalho em Lisboa.

Neste debate discutiram-se, para além de casos concretos de intervenções, os meios, os processos, a sustentabilidade e o desenvolvimento social das questões do património.

A abordagem inovadora seguida pela DMRU – Direcção Municipal de Reabilitação Urbana da Câmara Municipal de Lisboa – no Projecto Integrado do Castelo, tem sido objecto de grande concordância no seio do Departamento do Património Cultural do CE, o que levou à ampla divulgação do “Modelo de Lisboa” junto de outras cidades da Europa Central e Oriental.

O “Modelo de Lisboa” pode caracterizar-se por uma grande participação das populações antes, durante e depois da intervenção de reabilitação das suas habitações, bem como pelo carácter minimalista e reduzidamente intrusivo dessa intervenção quer a nível da perturbação do tecido social, quer a nível das alterações introduzidas na concepção das construções.

A gestão democrática, integrada e personalizada das situações, um quadro público de intervenção flexível, adaptado e actualizado, uma reabilitação de bairros integrada no processo urbano, a reabilitação da habitação inscrita na política pública habitacional, a garantia da manutenção e o realojamento das populações, o arranjo e tratamento de espaços públicos em benefício dos habitantes, uma organização de transportes e circulação, de modo a reduzir os malefícios ligados ao automóvel, o respeito pelo património do bairro e a evolução do urbanismo integrado foram as características apontadas como definidoras do processo de reabilitação urbana do “Modelo de Lisboa”.

# ARP

Associação  
Profissional de  
Conservadores-  
Restauradores de  
Portugal

A ARP - Associação Profissional de Conservadores-Restauradores de Portugal promoveu no passado dia 27 de Maio, em Lisboa, o seu I Encontro Nacional com o tema “O Conservador-Restaurador e as Instituições que Tutelam o Património”.

Das diversas instituições participantes, destacam-se as intervenções da Directora do Instituto José de Figueiredo (IJF), Ana Isabel Seruya, e do Padre José Manuel Ribeiro, Representante do Secretariado dos Bens Culturais da Igreja.

A Prof. Doutora Ana Isabel Seruya destacou a necessidade de Portugal se ver dotado de um Instituto de Conservação e Restauro de referência para as intervenções no património móvel e integrado do país. A execução deste projecto passa pela autonomização do IJF da tutela do Instituto Português de Museus, e pela criação do Instituto Português de Conservação e Restauro, que terá uma nova capacidade de regulamentar as formas de intervenção neste sector.

A apresentação do Padre José Manuel Ribeiro teve o particular interesse de permitir ver debatida pelo grande público a posição da Igreja sobre esta matéria, situação pouco corrente nesta área.

Com eleições previstas para Setembro, a ARP prepara, presentemente, entre outras actividades, o Boletim nº 5, com saída prevista para Setembro, e está em processo de candidatura para a qualidade de membro da E.C.C.O – European Confederation of Conservator-Restorers' Organisation, importante confederação europeia desta área.



Stap: qualidade reconhecida e apoio substancial à I&D

A Stap obteve, no final de Maio, a certificação do seu Sistema de Garantia da Qualidade, de acordo com a norma NP EN ISO 9002.

A Stap tornou-se, deste modo, na primeira empresa portuguesa certificada no âmbito da reparação, consolidação e modificação de estruturas e fabrico e comercialização de materiais para esse mesmo fim. O processo foi iniciado há cerca de quatro anos e envolveu uma reorganização da empresa, no sentido de uma maior eficiência e eficácia, bem como a sensibilização dos colaboradores da empresa para a Qualidade e para a melhoria contínua, acompanhada da permanente formação técnica.

Ao cumprir este objectivo, a Stap completou uma importante etapa, podendo demonstrar melhor aos seus Clientes que está em condições de fornecer serviços e materiais adequados à especificidade da reabilitação de construções e estruturas.

Mais recentemente, a Agência de Inovação, SA, comunicou à Stap a aprovação, no âmbito do programa Iniciativa Comunitária PME, do projecto COMREHAB, cujo objectivo é o desenvolvimento de um novo sistema de reforço sísmico de paredes de alvenaria de edifícios antigos. O projecto prevê a realização pelo LNEC de um conjunto de ensaios destinados a testar a eficácia do sistema em mesa sísmica e dará lugar à execução de um reforço de um edifício real, em Lisboa.

A reabilitação sísmica dos edifícios, em particular dos que possuem valor arquitectónico, constitui uma alternativa urgente à actual situação de precariedade e insegurança em muitas regiões do mundo e uma boa sequência para sector da construção, agora que o ciclo de construção nova, que caracterizou este século, começa a perder o seu ímpeto.



O congresso "Ciência e Tecnologia para a Salvaguarda do Património Cultural da Bacia Mediterrânica, decorreu na Universidade de Nanterre. Na foto, um aspecto da curiosa biblioteca do campus (anos 60)

Consiglio Nazionale delle Ricerche em Congresso (com o Centre National de la Recherche Scientifique)

Decorreu de 5 a 9 de Julho passado, em Paris, França, o 2º Congresso Internacional do Consiglio Nazionale delle Ricerche e do Centre National de la Recherche Scientifique "Science et Technologie pour la Sauvegarde du Patrimoine Culturel dans les Pays du Bassin Méditerranée".

É de destacar o notável esforço desenvolvido no âmbito do "Projecto Especial" do CNR italiano que, a nível europeu, representa um caso único. Com uma duração de 5 anos e um orçamento total equivalente a cerca de 9 milhões de contos, este Centro coordena a actividade de cerca de 300 grupos de especialistas, pertencentes a universidades, organismos públicos como o CNR, institutos científicos do Ministério da Cultura e às empresas do domínio do património cultural.

O objectivo deste projecto é obter, graças à colaboração de especialistas de diferentes disciplinas humanísticas e científicas, uma série de metodologias e de produtos inovadores, que possam ser, em concreto, propostos às administrações públicas.

Os resultados deste esforço estiveram patentes no congresso de Paris-Nanterre, onde a maioria das comunicações apresentadas se relacionaram com trabalhos específicos desenvolvidos no âmbito daquele projecto. Foram abordados temas como Património Arqueológico e Vilas Históricas; Metodologias e Medidas; Ciências da Vida e Património Cultural; Museus e Aspectos Económicos do Património Cultural.



## ASSOCIADOS GECORPA

**1 - S.T.A.P. - Reparação, Consolidação e Modificação de Estruturas, S.A.**  
Tel. (01) 311 64 79 - Fax (01) 314 86 28  
e-mail: info@mail.stap.pt

**2 - OZ - Diagnóstico, Levantamento e Controlo de Estruturas e Fundações, Lda.**  
Tel. (01) 356 33 17 - Fax (01) 315 35 50  
e-mail: info@oz-diagnostico.pt

**3 - Edicon - Construções Cíveis e obras Públicas, Lda.**  
Tel. (01) 478 24 17 - Fax (01) 478 24 68

**4 - Quinagre - Estudos e Construções, Lda.**  
Tel. (01) 793 61 16 - Fax (01) 793 55 74

**5 - CVF - Construtora Vila Franca, Lda.**  
Tel. (01) 387 34 01 - Fax (01) 387 45 86

**6 - L.N. Ribeiro Construções, Lda.**  
Tel. (01) 415 35 20 - Fax (01) 415 35 28

**7 - José Neto & Filhos, Lda.**  
Tel. (089) 41 20 71 - Fax (089) 41 58 45  
e-mail: netos@mail.telepac.pt

**8 - Monumenta - Cons. e Restauro do Património Arquitectónico, Lda.**  
Tel. (01) 311 64 79 - Fax (01) 314 86 28  
e-mail: info@monumenta.pt

**9 - Lourenço, Simões & Reis, Lda.**  
Tel. (01) 354 21 37 - Fax (01) 357 00 00

**10 - Brera - Soc. de Construções e Rep., Lda.**  
Tel. (01) 472 54 70 - Fax (01) 472 54 71  
e-mail: brera@ip.pt

**11 - FN - Frederico Nascimento, Lda.**  
Tel. (065) 53 52 92 - Fax (065) 53 52 17  
e-mail: fnascimento@mail.telepac.pt

**12 - Fradical - Fábrica de Transformação de Cal, Lda.**  
Tel. (01) 460 19 80 - Fax (01) 460 19 80

**13 - Mural da História - Restauro de Pintura Mural, Lda.**  
Tel. (01) 347 00 32 - Fax (01) 347 59 18

**14 - Arnaldo Moisés - Dourador, Pinturas e Dec., Lda.**  
Tel. (01) 983 48 93 - Fax (01) 397 90 49

**15 - Pedramalba - Recuperação de Mármore, Lda.**  
Tel. (01) 495 10 05 - Fax (01) 495 10 05  
e-mail: pedramalba@mail.telepac.pt

**16 - Poliobra - Construções Cíveis, Lda.**  
Tel. (01) 762 05 50 - Fax (01) 760 79 07  
e-mail: poliobra@mail.telepac.pt

**17 - Junqueira 220 - Sociedade de Conservação, Restauro e Arte**  
Tel. (01) 363 91 63 - Fax (01) 363 38 00

**18 - A. Ludgero Castro, Lda.**  
Tel. (02) 951 11 16 - Fax (02) 951 75 17  
e-mail: alcporto@mail.telepac.pt

**19 - Litorres - Sociedade de Construção Civil e Comércio, Lda.**  
Tel. (049) 72 52 19 - Fax (049) 71 71 71

**20 - Certar - Sociedade de Construções, Lda.**  
Tel. (01) 352 28 49 - Fax (01) 352 31 77  
e-mail: certar@mail.telepac.pt

**21 - Miu - Gab. Técnico de Engenharia, Lda.**  
Tel. (01) 812 61 44 - Fax (01) 814 48 32  
e-mail: miu.lda@mail.telepac.pt

**22 - Ocre - Sociedade de Comércio de Arte e Restauro, Lda.**  
Tel. (01) 888 11 08 - Fax (01) 888 10 87

**23 - Augusto de Oliveira Ferreira & Cª, Lda.**  
Tel. (053) 25 36 14 - Fax (053) 61 86 16  
e-mail: dst@mail.telepac.pt

**24 - Bleu Line - Conservação e Restauro**  
Tel. (01) 322 44 61 - Fax (01) 322 44 89  
e-mail: bleuline@mail.artecom.pt

**25 - Pinta Nova - Pinturas para a Construção Civil, Lda.**  
Tel. (01) 757 28 56 - Fax (01) 757 74 72  
e-mail: np45se@mail.telepac.pt

**26 - E.M.J. - Empresa de Manutenção e Jardins, Lda.**  
Tel. (089) 39 76 25 - Fax (089) 39 93 95  
e-mail: emj\_lda@hotmail.com

**27 - Rodrigues, Cardoso & Sousa, Lda.**  
Tel. (055) 55 13 15 - Fax (055) 55 17 23  
e-mail: rcs.construcoes@hotmail.com

**28 - SO-PR - Sociedade de Construções e Promoções Imobiliárias, Lda.**  
Tel. (01) 847 28 00 - Fax (01) 847 27 37  
e-mail: so-pr@mail.telepac.pt

**29 - Somafre - Construções, Lda.**  
Tel. (01) 711 23 70 - Fax (01) 711 23 89

**30 - Cruzeta - Escadarias, Cantarias e Restauros, Lda.**  
Tel. (01) 715 01 30 - Fax (01) 982 41 88

**31 - Gilberto Ferreira "Arte Sacra"**  
Tel. (096) 65 29 49 - Fax (096) 65 29 49

**32 - Ensul - Emp. Norte Sul, S.A.**  
Tel. (01) 255 89 00 - Fax (01) 255 89 76  
e-mail: ensul@ensul.mec.pt

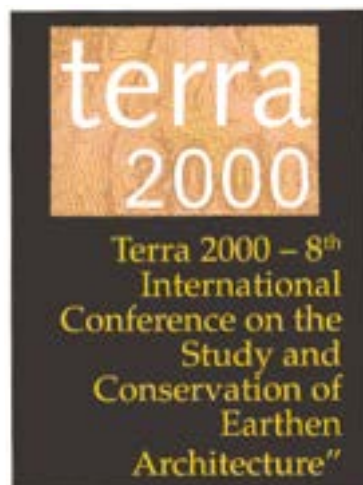
### Novos Associados a partir de Julho de 1999

**33 - Domingos da Silva Teixeira, S.A.**  
Principal Actividade: Infraestruturas. Arranjos exteriores. Construção e conservação de edifícios.  
Tel. (053) 25 36 14 - Fax (053) 62 87 17  
e-mail: dst@mail.telepac.pt

**34 - ETECLDA - Escritório Técnico de Engenharia, Lda.**  
Principal Actividade: Fiscalização de obras e projectos. Gestão e coordenação de empreendimentos. Arquitectura  
Tel. (02) 600 71 07 - Fax (02) 609 55 53  
e-mail: bb@etec.pt

**35 - MC Arquitectos, Lda.**  
Principal Actividade: Arquitectura e projectos. Levantamentos, estudo e diagnóstico  
Tel. (01) 321 99 50 - Fax (01) 346 79 95  
e-mail: mcarq@mail.telepac.pt

**36 - COPC - Construção Civil, Lda.**  
Principal actividade: Construção civil. Conservação e reabilitação de construções antigas. Recuperação e consolidação  
Tel. (01) 853 71 22 - Fax (01) 853 71 62  
e-mail: copc.civil@mail.telepac.pt



**B**uilding on the result of previous conferences, Terra 2000 aims to provide an international forum for the exchange of new ideas and developments which will ensure the survival of the earthen architectural tradition into the next century. The conference also affords an opportunity to share the wealth of earth construction in the British Isles, from dramatic prehistoric fortifications to more modest dwellings and rural complexes.

Organization: English Heritage; University of Plymouth – Centre for Earthen Architecture; ICOMOS /UK – Earth Structures Committee.

For more information: Centre for Earthen Architecture, University of Plymouth, Faculty of Technology, Drake Circus, Plymouth PL4 8AA, England, UK; Fax: (44 (0) 1752-233310; e-mail: terra2000@plymouth.ac.uk

11-13 May, 2000 - Torquay, Devon, UK



**E**ste Encontro decorre em simultâneo com a "2ème Rencontre en Génie Parasismique des Pays Méditerranéens" tendo a vista a divulgação da Engenharia Sísmica a nível nacional e internacional. Com a sua realização em Faro, pretende-se ainda contribuir para a sensibilização das instituições da região para a importância destes temas face à realidade local no que diz respeito à construção civil. Nesse sentido, o encontro comportará, para além das sessões para apresentação de comunicações, outras dedicadas ao debate de temas específicos, nomeadamente sobre Estudos Relativos à Região do Algarve, para as quais serão convidados especialistas.

Organização: Escola Superior de Tecnologia da Universidade do Algarve; Sociedade Portuguesa de Engenharia Sísmica.

Para mais informações:

Tel.: (089) 80 35 61; Fax: (089) 82 35 39; e-mail: sismica99@ualg.pt

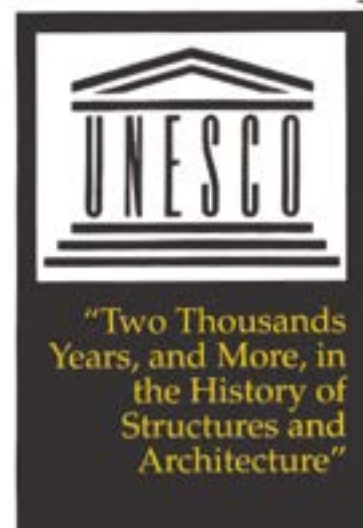
27-29 Outubro, 1999 - Faro, Algarve, Portugal



**D**icha revisión permitirá abordar todas aquellas cuestiones que, de um modo directo, afectan al retablo-producción, circulación de modelos y artistas, catalogación, inventarios, restauración, etc. - a través de la intervención de reconocidos especialistas adscrito al Grupo de universidades do Occidente Peninsular.

Organização: Universidade de Santiago de Compostela.

29, 30 Septiembre; 1, 2 Octubre, 1999 - Ourense, España



**T**his International Congress will provide an overview of resarches, studies and state-of-the-art of knowledge in different fields of architectural heritage related to the conservation and restoration in monuments, buildings, churches, bridges, aqueducts and other structure built from the earliest times till the end of the 19<sup>th</sup> century. A special session will be devoted to the structures of the 20<sup>th</sup> century and to the perspectives for the third millennium. The Congress will highlight the role that different techniques, technologies, materials, equipment, theoretical and experimental tools, etc. have played in the history of architecture, and their relationship with the environmental conditions in different parts of the world (climate, seismicity, etc.)

Organization: Unesco

Information: Isabelle Vinson: tel. (33.1.45) 68 43 53; e-mail: I.vinson@unesco.org; Dominique Caillier: (tel.: (33.1.45) 68.55.98; e-mail: d.caillier@unesco.org

10-15 March, 2000

Bethlehem (Palestine), Unesco (Paris, France)



Para encomendar, utilize a "Nota de Encomenda" na página 53



### Boletim Monumentos - em Cd Rom

Ed. DGEMN

Preço: 10.000\$00

Código: DG.CDR.1

"A reedição dos Boletins da DGEMN em suporte digital CD-ROM, com o aproveitamento de algumas potencialidades da tecnologia multimédia, constitui um reconhecimento pelo trabalho

dos que, no passado, foram prestigiando esta casa, uma resposta ao crescente interesse pela história do nosso património construído e um elo de ligação com o trabalho de divulgação e valorização do património arquitectónico que nesta década temos desenvolvido.

Acreditamos que só a devolução à comunidade dos conhecimentos obtidos com o estudo e a interpretação dos registos histórico-documentais garantirá uma eficaz defesa do nosso património. Só a difusão do conhecimento pode garantir a construção de uma sociedade mais exigente".

### Vésperas Batalhinhas

Saúl António Gomes

Ed. Magno

Preço: 2.500\$00

Código: CMB.E.3

Conjunto de ensaios e artigos sobre a história da arte do Mosteiro de Santa Maria da Vitória. Uma parte deles foi já publicada em revistas especializadas e de

não muito fácil acesso, outra, sobretudo os pequenos textos inseridos na parte final - que são intitulados de *Studia Minora* pela sua mais reduzida dimensão - apareceu em jornais de expressão regional que cedo sepultaram no esquecimento esses contributos para o conhecimento do passado batalhino. Um outro grupo, no entanto, porventura o mais significativo em termos de abordagem da história da produção artística neste claustro dominicano, é inédito.



### Edifícios e Monumentos Notáveis do Concelho de Alcochete

Preço: 3.465\$00

Código: CMA.E.1

Lugar de muitos usufrutos paisagísticos, Alcochete defende as suas tradições com autenticidade e empenhamento. O concelho não tem o gigantismo dos seus vizinhos e talvez por isso tenha

mais espaço para vigiar o seu desenvolvimento e persistir naquilo que é a sua originalidade. Possui monumentos que chegam para uma referência cultural e situações onde o urbano-rural se carregou de tradição. O presente trabalho corresponde a uma inventariação desse património.

### Lisboa em Obras

José Manuel Fernandes

Preço: 3.500\$00

Código: HT.E.2

Este livro apresenta uma colectânea de textos publicados na sua maioria em jornais e publicações diversas.

Os temas fundamentais desta abordagem são os do urbanismo, da arquitectura e do património construído, centrados na cidade de Lisboa.

São assim referidos e analisados temas concretos, conceitos e questões gerais ou acontecimentos "jornalísticos", que pela actualidade ou pertinência de que continuam revestidos, surgem como apelativos, numa edição conjunta e agora ordenada em livro.

Os temas da obra apresentam-se agrupados em sete capítulos principais: A CIDADE - VISÕES; HISTÓRIA(S); O VELHO CENTRO; AS NOVAS PERIFERIAS; LISBOA ORIENTAL; ARQUITECTOS E OBRAS; ECOLOGIA E PATRIMÓNIO.



### Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius

Helena Rua

Ed. IST 1998

Preço: 7.000\$00

Código: IST.E.1

Trata-se da primeira versão portuguesa desta obra de referência - baseada na 2ª edição de "Os Dez Livros de Arquitectura de Vitruvius" de

Perrault, de 1684, corrigida e aumentada - com 374 páginas de literatura apoiadas por 68 gravuras e 87 desenhos, descritivos da tecnologia do mais belo estilo Romano.

Marco Vitruvius Polião, arquitecto romano presumivelmente do século I a.C., para além de se dedicar à construção, procurou registar por escrito, ao longo da sua vida, os preceitos desta arte, compilando-os, já perto do fim da vida, nestes 10 livros, marco incontornável da arquitectura e da história da arte ocidentais.

### Casas Acariciadoras

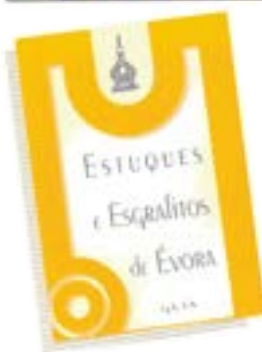
Preço: 1.185\$00

Código: FD.C.4

"Durante três anos percorremos a República Mexicana falando com camponeses, gravando as suas vozes, levantando as plantas das suas casas e tirando fotografias. Queríamos saber o que pensavam das suas casas, que nos explicassem

como as constroem, que coisas funcionam bem, o que lhes dá problemas e que modificações fariam para as melhorar. Este catálogo reúne as imagens e os textos dessa experiência, retratando a habitação camponesa tradicional do México, na perspectiva dos seus materiais constitutivos".





# **Estuques e Esgrafitos de Évora**

Preço: 1.350\$00

Código: DG.C.1

A inexistência de um levantamento de todo e qualquer facto ou elemento histórico, constitui o maior passo para a perda total desse evento, interrompendo-se assim o encadeamento da história na evolução dos povos, negando-se às

gerações vindouras a história que lhes pertence e que cabe aos presentes a obrigação de preservar.

Estuques e Esgrafitos são as Artes Decorativas aqui abordadas. Este livro é uma chamada de atenção para uma arte em vias de extinção, nomeadamente o Esgrafito que vem caindo no esquecimento.

## **A Igreja da Memória**

Preço: 3.000\$00

Código: DG.E.1

A Igreja da Memória, construída em pleno período jóséfico, é, a vários títulos, um dos exemplares mais curiosos da arquitectura do início da segunda metade do século XVIII. Erguido a par das grandes obras pombalinas, de reconstrução de Lisboa, o pequeno templo, não se enquadra no entanto nelas, reflectindo um diferente gosto e outra situação que, de certa forma, não teve continuidade, permanecendo apenas como "memória" de uma outra arquitectura, que poderia ter sido a do reinado do "reformador", mas que diversos factores conjunturais tornaram impossível.

O documento que agora se publica, historia e esclarece a intervenção efectuada. O notável trabalho desenvolvido no restauro da Igreja da Memória, entretanto objecto de apreciação a nível internacional, foi distinguido pela Europa Nostra, que o premiou.



## **7ª Conferência Internacional sobre o Estudo e Conservação da Arquitectura na Terra**

Preço: 10.000\$00

Código: DG.A.1

"Terra 93" constitui-se como corolário de um conjunto de acções visando o aprofundamento e divulgação dos conhecimentos sobre as técnicas

inerentes à conservação e uso deste material de construção.

O crescente interesse pela recuperação e reutilização da Arquitectura de Terra em Portugal, reforça a ideia de que a linguagem da Arquitectura é fortemente influenciada pela realidade cultural.

A compilação em livro das comunicações apresentadas para cada um dos seis temas propostos, permite estabelecer uma análise comparada sobre as direcções da pesquisa e dos su-

cessos alcançados pelos diversos investigadores, quer na recuperação do uso deste material, quer na redescoberta das técnicas tradicionais da sua colocação em obra.

A elevada qualidade das comunicações, transforma este volume num importante manancial de informação que permitirá actualizar o conhecimento dos nossos técnicos, e levá-los à desejada experimentação.

## **Monumentos**

Revista da DGEMN

Preço: 2.000\$00

Código: DG.PP.1



Revista semestral, técnico-científica destinada à divulgação do património arquitectónico, com informações sobre as actividades dos serviços, trabalhos de investigação e artigos sobre processos e técnicas de intervenção em imóveis de reconhecido interesse. Para além do Dossier e de vários artigos científicos constituem secções permanentes da revista, o Inventário do Património Arquitectónico; Intervenções no Património; Cursos; Conferências e Colóquios; Exposições e Publicações.

## **Titulos mencionados na Pedra & Cal nº 1**

### **2º ENCORE - Encontro sobre Conservação e Reabilitação de Edifícios (2 vols.)**

Edição LNEC, 1ª edição 1994, 2ª edição 1997

Preço: 10.500\$00

Código LN.A.1

### **Guião de Apoio à Reabilitação de Edifícios Habitacionais (2 vols.)**

(José Aguiar, A.M.Reis Cabrita, João Appleton)

Edição LNEC, 3ª edição 1997

Preço: 7.140\$00

Código LN.M.1

### **A Componente Acústica na Reabilitação de Edifícios**

Nº 5, Coleção Edifícios (P. Martins da Silva)

Edição LNEC 1998

Preço: 2.100\$00

Código LN.E.1

### **Estuques Decorativos do Norte de Portugal**

Edição CRAT 1991

Preço: 1.300\$00

Código CRATE.2

### **Plano Verde de Lisboa - Componente do Plano Director Municipal de Lisboa**

Coordenação de Gonçalo Ribeiro Telles

Edição Colibri 1997

Preço: 3.990\$00

Código COL.E.1



**Títulos mencionados na Pedra & Cal nº 2**

**Antas-Capelas e Capelas junto a Antas no Território Português**

Jorge de Oliveira, Panagiotis Sarantapoulos e Carmen Balesteros

Ed. Colibri, 1997

Preço: 840\$00

Código: COL.E.2

**As Cerâmicas Áticas do Castelo de Castro Marim no Quadro das Exportações Gregas para a Península Ibérica**

Ana Margarida Arruda

Ed. Colibri, 1997

Preço: 2.100\$00

Código: COL.E.6

**Caracterização e Avaliação do Mercado da Manutenção e Reabilitação de Edifícios e da Conservação do Património Arquitectónico em Portugal**

Ed. GECORPA, 1999

Preço: 9.000\$00

Código: G.E.E.1

**Prática da Conservação e Restauro do Património Arquitectónico**

Ed. GECORPA, 1999

Preço: 7.000\$00

Código: G.E.A.1

**A Lisboa Turística, entre o Imaginário e a Cidade – A Construção de um Lugar Turístico Urbano**

Eduardo Brito Henriques

Ed. Colibri, 1996

Preço: 2.100\$00

Código: COL.E.3

**Referência apenas a título informativo**



**ADCR - Boletim bi-anual da Associação para o Desenvolvimento da Conservação e Restauro**

“As exposições temporárias vêm assumindo um papel cada vez mais importante na vida diária dos museus e outras instituições que têm a seu cargo cuidar e tornar acessível ao público o património cultural”.



**Vilas e Cidades**

Roteiro - Monção, memória e festa.

Sabores - Doçaria de Feira

Destaques - Artesanato e Artesãos,

Loiça Preta, Arte do “defumo”.

O tempo dos Brinquedos Artesanais.

Artes da Construção - Algumas notas sobre as artes do ferro.

**NOTA DE ENCOMENDA**

NOME \_\_\_\_\_

ENDEREÇO \_\_\_\_\_

CÓDIGO POSTAL \_\_\_\_\_ LOCALIDADE \_\_\_\_\_

TELEFONE \_\_\_\_\_ FAX \_\_\_\_\_

Nº CONTRIBUINTE \_\_\_\_\_

NÚMERO DE ASSOCIADO DO GECORPA (10% de desconto) \_\_\_\_\_

ASSINANTE DA REVISTA “PEDRA & CAL” (10% de desconto) Sim ☐ Não ☐

CÓDIGO	TÍTULO	PREÇO UNIT.	DESCONTO(*)	QUANT.	VALOR(**)

**TOTAL:**

(\*) associados do GECORPA ou assinantes da Revista têm direito a 10% de desconto sobre o valor de cada obra encomendada.

(\*\*) ao valor de cada livro deverá ser acrescentado 500\$00 de portes de correio.

No caso da encomenda ultrapassar as duas obras, os portes de correio fixam-se nos 1 000\$00

FORMA DE PAGAMENTO: o pagamento deverá ser efectuada por cheque à ordem de GECORPA e enviado juntamente com a nota de encomenda para Rua Pedro Nunes, 27, 1º Dtº, 1050-170 Lisboa.

Junto envio cheque nº \_\_\_\_\_ no valor de \_\_\_\_\_ \$ \_\_\_\_\_ à ordem de GECORPA

☐ Autorizo débito no meu cartão de crédito ☐ ☐ n.º \_\_\_\_\_

Data \_\_\_\_\_ Assinatura \_\_\_\_\_

# Património em perigo



Nuno Teotónio Pereira<sup>1</sup>  
Arquiteto

Um precioso paço senhorial quinhentista, dos raríssimos que restam na região de Lisboa, tem sobrevivido quase por milagre ao longo das últimas décadas, clamando em vão por socorro. Votado inteiramente ao abandono, só a robusta construção o mantém ainda de pé, numa atroz e lenta agonia. Trata-se do Palácio de Valflores, sede da quinta do mesmo nome, em Santa Iria da Azoia, na pequena povoação de Viarara, hoje sufocada pela enorme massa predial da Grande Lisboa. E se até há poucos anos a sua presença se escondia, debruçada sobre um pequeno vale residual da paisagem

rural, hoje impõe-se, altaneira, à vista de quem passa: é que a chamada variante à EN10, com perfil de via rápida, passa a seus pés no troço final de ligação à auto-estrada do Norte, alguns quilómetros antes do nó de Alverca.

Ao subir nesta nova estrada em direcção às alturas de Santa Iria, vale a pena abrandar a marcha e olhar à direita para admirar o singular monumento, assente sobre um imponente paredão quadrangular, coroado por paredes e duas torres ameaçadas e onde se rasga uma graciosa galeria de dez arcos abatidos, debruçada sobre o vale e avistando ao longe o Tejo e a lezíria.

Para além do porte majestoso, dos cunhais em aparelho almofadado, da delicada arcaria, das torres, das portas e janelas de molduras quinhentistas, da capela com preciosos azulejos da época, da atmosfera de penumbra, mistério e pó que se respira no interior, o palácio constitui um todo coerente, harmonioso e quase intocado que faz dele um exemplar único da nossa arquitectura civil.

Referido na notável e útil publicação em quatro volumes que a Junta Distrital publicou em 1963 sobre "Monumentos e Edifícios Notáveis do Distrito de Lisboa", já nessa altura o Palácio era descrito como "completamente desprezado". O que é que pode justificar que, quase quarenta anos volvidos, nada tenha sido feito para o salvar?

O jornal "Público" de 21 de Junho veio denunciar a situação. É que a Câmara Municipal de Loures, o IPPAR e agora também a JAE, têm andado num "jogo do empurra", atri-

buindo-se mutuamente a responsabilidade de acudir a este monumento único, classificado como imóvel de interesse público, mas que é muito mais do que isso. De propriedade particular, jaz ao abandono e tem sido utilizado da forma mais selvagem como abrigo de animais e depósito de detritos de toda a espécie.



Mas esta situação não é única na zona. No lado oposto do vale hoje ocupado pela via rápida, e visível de quem circula na auto-estrada do Norte, um outro paço da mesma época, também classificado como de interesse público, é já uma ruína. Trata-se da Quinta do Castelo, em Pirescoxe, também referido na publicação da Junta Distrital.

Apontam-se aqui situações dramáticas de património em perigo. Nas mãos de privados, que não sabem, não querem ou não podem preservar da ruína total dois exemplares únicos da arquitectura senhorial no sul do país, impõe-se às autoridades intervir de imediato para os salvar, assumindo as suas responsabilidades e eventualmente partilhando encargos e tarefas. E se há qualquer vazio legal ou falta de verbas que as tolhe, publique-se um decreto-lei e abra-se, como outrora se fazia, uma subscrição nacional! E faça-se desses lugares ancestrais e sagrados oásis de cultura, recreio e contemplação, de que são belos exemplos nas proximidades as quintas do Sobralinho e da Piedade, em Vila Franca de Xira, e a quinta do Conventinho, em Loures. ■

<sup>1</sup>Nuno Teotónio Pereira, n. Lisboa 1922. Arquitecto pela Escola de Belas Artes de Lisboa. Foi delegado português no Comité do Habitat da União Internacional dos Arquitectos nos anos 60. Autor do estudo da "Evolução das Formas de Habitação Pluri-Familiar em Lisboa", de um ensaio sobre a "Arquitectura do Estado Novo" e de numerosos artigos sobre Arquitectura, Habitação, Urbanismo, Património e Território.

Autor ou co-autor de conjuntos de habitação social e de moradias em vários pontos do País. 2º Prémio Nacional de Arquitectura da Fundação Gulbenkian 1961, Prémios Valmor de 1968, 71 e 75, com menções honrosas em 1987 e 88, Prémio AICA 1985, Prémio Instituto Nacional de Habitação 1992, Prémio Espiga de Ouro da Câmara Municipal de Beja 1993 e Prémio Municipal Eugénio dos Santos 1995.

É co-autor do Estudo de Recuperação e Revitalização do Palácio Nacional de Mafra e de projectos para Vila do Conde, Barcelos, Lisboa, Universidade de Aveiro e Parque das Nações. Sócio correspondente da Academia de Belas Artes, foi Presidente do Movimento para a Renovação da Arte Religiosa, da Cooperativa Cultural Pragma, do Centro Nacional de Cultura, da Associação dos Arquitectos Portugueses e do Conselho de Arquitectos da Europa.